



Universidade do Minho

CEUM

Relatório de Atividades

Comissão de Ética da Universidade do Minho (CEUM)

Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS)

Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH)

SETEMBRO/2011 a OUTUBRO/2017

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	3
CAPÍTULO 1. ATIVIDADES REFERENTES AO PERÍODO 2011-2013.....	4
1.1 Ações de instalação e estruturação da Comissão de Ética e definição de prioridades.....	4
1.2 Elaboração do Código de Conduta Ética da UMinho.....	5
1.3 Criação e funcionamento da Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS)	5
1.4 Outras atividades realizadas no período 2011-2013	6
1.4.1. Seminário “Ética e deontologia na universidade”/ 2012	6
1.4.2. Jornadas de Ética, UMinho 2013	7
CAPÍTULO 2. ATIVIDADES REFERENTES AO PERÍODO 2014-2017	7
2.1 Criação e funcionamento da Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH).....	8
2.2. Ações de sensibilização, divulgação, informação e formação	8
2.2.1. Fóruns de Ética UMinho	8
2.2.2. Outras ações de sensibilização e formação	10
2.3. Pareceres emitidos pela CEUM, SECVS e SECSH	12
2.3.1. Pareceres emitidos pela CEUM	12
2.3.2. Pareceres de avaliação ética emitidos pela SECVS.....	12
2.3.3. Pareceres de avaliação ética emitidos pela SECSH	14
CAPÍTULO 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
AGRADECIMENTOS	17

Anexos:

Anexo I - Composição da CEUM, da SECVS e da SECSH (atualizadas ao longo do período a que se reporta o presente Relatório /2011-2017)

Anexo II - Relatório Trienal 2011 - 2013

Anexo III - Relatório Anual 2014

Anexo IV - Relatório Anual 2015

Anexo V - Relatório Anual 2016

Anexo VI - Relatório Anual 2017

INTRODUÇÃO

O presente documento pretende focar o enquadramento institucional e as atividades desenvolvidas pela Comissão de Ética da Universidade do Minho (CEUM) e pelas respetivas Subcomissões - Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS) e Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH) - desde a sua criação até ao final do segundo mandato do Reitor Prof. António Cunha (novembro 2017). Aqui se sumarizam as diferentes vertentes de ação da CEUM como órgão de consulta do Reitor sobre questões éticas subjacentes às atividades desenvolvidas na Universidade do Minho, bem como as atividades desenvolvidas pelas duas subcomissões (SECVS e SECSH) de avaliação ética de projetos de investigação, em consonância com as suas missões e finalidades, expressas nas normas orientadoras definidas pelos correspondentes Despachos RT relativos à sua criação.

Como nota introdutória, importa desde já sublinhar que a CEUM, criada por Despacho RT-51/2011 de 7 de setembro (composição em Anexo I), deu de início preferência na sua ação ao desenvolvimento de três vetores fundamentais, nomeadamente:

- 1.- Elaboração do Código de Conduta da Universidade, que viria a ser aprovado pelo Reitor, ouvido o Senado Académico, pelo Despacho RT-47/2012 de 24 de julho;
- 2.- Criação de subcomissões de éticas especializadas para emitir recomendações e pareceres de avaliação ética aos projetos/propostas de investigação;
- 3.- Nomeação e funcionamento para o fim previsto em 2., das duas subcomissões: a SECVS, criada e nomeada pelo Despacho RT-45/2012, de 20 de julho e a SECSH, criada e nomeada pelo Despacho RT-40/2014, de 22 de julho (composição em Anexo).

O presente relatório está estruturado em três capítulos: o primeiro que reporta as atividades referentes ao período 2011-2013, as quais incluem as ações de instalação e estruturação da Comissão e Subcomissões de Ética, o segundo dedicado às atividades referentes ao período 2014-2017, e o terceiro que inclui uma breve reflexão final sobre a experiência da Comissão e Subcomissões, ao longo dos dois mandatos a que se reporta o presente relatório. A parte final é composta por 6 Anexos que fazem parte integrante do Relatório nos quais, após referência às composições da CEUM, da SECVS e da SECSH, atualizadas ao longo do período 2011-2017 (Anexo I), se incorpora uma descrição detalhada das atividades desenvolvidas pela CEUM e respetivas subcomissões.

Nesta estrutura organizacional do relatório e em termos gerais, no capítulo 1 sublinha-se que a CEUM, após criar as necessárias condições de funcionamento que lhe permitiram proceder à avaliação ética de projetos de

investigação propostos, elaborou o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho e promoveu ações de reflexão, debate e divulgação sobre temas identificados como salvaguarda dos princípios éticos e das boas práticas no âmbito das atividades desenvolvidas na Instituição, em especial nas áreas de investigação, ensino/aprendizagem, interação/cooperação com a sociedade e funcionamento geral da Universidade. Em paralelo, discutiu-se e refletiu-se criticamente, em sessões abertas à academia, sobre questões éticas e boas práticas, especialmente em matéria de prevenção, combate e análise das consequências da fraude académica, plágio, direitos de autor e violência no campus. Neste capítulo, as atividades concretas da CEUM e das Subcomissões estão detalhadas, primeiramente no triénio 2011-2013, analisando-se com algum detalhe a fase de instalação, estruturação e nomeação da CEUM e das suas Subcomissões, mais tarde formalmente organizadas – primeiro a SECVS e depois a SECSH. No capítulo 2 procede-se à descrição detalhada das ações de sensibilização, divulgação, informação e formação desenvolvidas pela CEUM e suas Subcomissões e apresenta-se o balanço da atividade de análise e emissão de pareceres pela CEUM/SECVS/SECSH no quadriénio 2014-2017. No capítulo 3 tecem-se algumas considerações finais e expressam-se agradecimentos a todos os envolvidos na implementação da estrutura ética na UMinho.

A última parte do documento inclui 6 Anexos, que fazem parte integrante do relatório: o primeiro referindo a composição da CEUM e das subcomissões ao longo dos dois mandatos a que reporta o relatório, e os restantes cinco correspondendo a cada um dos períodos temporais atrás formulados: 2011-2013 (Anexo II) e 2014-2017 (Anexos III, IV, V e VI). Os anexos estão organizados sob a forma de coletânea dos correspondentes relatórios, emitidos no final do triénio 2011-2013, ou de cada um dos anos que se seguem de funcionamento institucional, clarificando, detalhadamente, as atividades: i) da CEUM em matéria de iniciativas de combate a ilícitos éticos, referindo igualmente outras atividades da sua competência e ii) das Subcomissões SECVS e SECSH, sobre as ações de avaliação ética de projetos de investigação.

CAPÍTULO 1. ATIVIDADES REFERENTES AO PERÍODO 2011-2013

No presente capítulo procede-se a uma apresentação global das atividades e ações desenvolvidas no triénio 2011 – 2014; uma descrição mais detalhada das mesmas consta do Anexo II. A composição da CEUM, SECVS e SECSH e respetivas atualizações ao longo dos períodos a que reporta o presente relatório encontram-se referidas no Anexo I.

1.1 Ações de instalação e estruturação da Comissão de Ética e definição de prioridades

A Comissão de Ética da Universidade do Minho (CEUM) foi criada pelo Despacho RT-51/2011 de 7 de setembro, cujo anexo define, à partida, as normas orientadoras da Comissão no que respeita à sua missão,

finalidades, composição, funcionamento e competências. A Comissão começou de imediato a procurar definir o seu modo de organização, regras de funcionamento e as suas prioridades, face às finalidades atribuídas.

A primeira reunião formal da Comissão teve lugar a 5 de dezembro de 2011, tendo a mesma, na primeira parte, sido presidida pelo Reitor Professor António Cunha e contado ainda com a presença da Professora Graciete Dias, Vice-Reitora do pelouro que compreende a Ética institucional. O Reitor acentuou o que se pretendia com a CEUM, tendo salientado designadamente a autonomia e o carácter de independência da Comissão face à Reitoria, tornando claro que a dimensão ética deve ser separada da dimensão política da Instituição, sem prejuízo da “disponibilidade da Reitoria sempre que a Comissão o entender”.

Foi igualmente considerado prioritária a elaboração de uma proposta de um Código de Conduta Ética da Universidade do Minho, que deveria refletir os valores e os princípios éticos pelos quais se deve pautar toda a comunidade académica da UMinho, designadamente ao nível institucional e nas suas dimensões específicas do ensino/aprendizagem, da investigação científica e da cooperação e interação com a Sociedade.

1.2 Elaboração do Código de Conduta Ética da UMinho

Na reunião da CEUM atrás referida, foi ainda definida a metodologia para a elaboração do Código de Conduta Ética da Universidade, tendo o trabalho prosseguido e sido sucessivamente discutido. Na reunião geral da CEUM de 22 de junho de 2012 foi analisada e discutida a última versão do documento, intitulado Código de Conduta Ética da Universidade do Minho, aprovada em plenário, na generalidade e especialidade. O documento, após a audição do Senado Académico, foi de seguida aprovado pelo Despacho RT-47/2012, de 24 de julho. O Código consta do anexo ao despacho reitoral, podendo ser consultado em <https://intranet.uminho.pt/work/GestaoDocumental/Pages/Documents.aspx?Area=Despachos, Circulares e Deliberações>.

Do referido Código aprovado, foi ainda extraído o capítulo II e editado sob a forma de brochura, intitulada “Conduta Ética Académica da Universidade do Minho”, da qual foi dado conhecimento aos estudantes, pelos órgãos competentes. Nele se focam os direitos e deveres dos estudantes, bem como as situações de conduta imprópria, designadamente a violação da integridade do processo de avaliação dos estudantes (utilização de cábulas, plágio, e outras situações ilícitas), bem como uma referência às consequências.

1.3 Criação e funcionamento da Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS)

A SECVS, criada através do despacho RT-45/2012, de 20 de julho, tem como incumbência assegurar e zelar pela promoção de padrões de ética por forma a proteger e garantir a integridade, a dignidade, a honestidade e a

qualidade ética nas atividades de experimentação e investigação em ciências da vida e da saúde que decorrem nas unidades de investigação que integram a UMinho (cf. descritivo apresentado no portal da UMinho).

A SECVS orienta-se pelas disposições legais decorrentes do Decreto-Lei nº 97/95, de 10 de maio, que estabelece a composição, a competência e o modo de funcionamento das comissões de ética para a saúde, atuando, no exercício das suas funções, com observância da lei, dos códigos deontológicos e das declarações e diretrizes internacionais sobre ética e bioética.

Constituem área de competência da SECVS as atividades de experimentação e investigação que envolvam, sob qualquer forma, pessoas, animais, ou material biológico de origem humana ou animal, velando para que os objetivos da investigação não violem os direitos e os princípios éticos da dignidade, da segurança e do bem-estar de seres humanos e animais em investigação. A SECVS analisa as questões que lhe sejam veiculadas, em conformidade com o estabelecido nas suas Normas Orientadoras e respetivo Guião para Submissão de Processos.

As Normas Orientadoras da SECVS estabelecem as regras da sua atuação e funcionamento. Os processos documentais para apreciação pela SECVS são organizados em conformidade com os princípios éticos e de boas práticas que constam no capítulo 4 do Código de Conduta Ética da UMinho e instruídos de acordo com o estabelecido no Guião para Submissão de Processos a apreciar pela SECVS, seguindo a tramitação expressa no referido guião (disponível no link: <https://www.uminho.pt/PT/uminho/Etica/Ciencias-da-vida-e-da-saude-SECVS>).

1.4 Outras atividades realizadas no período 2011-2013

Das iniciativas de realização de conferências de divulgação, reflexão e debate, abertas à academia, há a destacar as que a seguir se referem.

1.4.1. Seminário “Ética e deontologia na universidade”/ 2012

Em 4 de outubro de 2012 teve lugar um Seminário de formação profissional em ética e deontologia, para pessoal dirigente da UMinho, tendo como formadores L. Chainho Pereira, presidente da CEUM e João Cardoso Rosas, vogal da mesma Comissão, cujo programa incluiu os seguintes temas: Ética geral e éticas profissionais; Os códigos de ética e deontologia; O caso da Universidade do Minho: a criação da Comissão de Ética e o Código de Conduta Ética; Questões éticas nas Universidades: casos práticos.

1.4.2. Jornadas de Ética, UMinho 2013

A 2 de outubro de 2013 a CEUM organizou a 1.ªs Jornadas de Ética sobre o tema geral “Integridade académica no ensino e na investigação”, abertas à academia em geral e, em particular, aos docentes/investigadores e estudantes.

As jornadas tiveram como principal objetivo promover uma análise, reflexão e debate com os responsáveis da UMinho mais diretamente envolvidos no ensino e investigação, no sentido de fortalecer uma praxis de integridade académica e de prevenir, detetar e combater situações de fraude académica na investigação e no ensino graduado e pós-graduado, com um enfoque especial no plágio, fabricação e falsificação de resultados, bem como no da violação e proteção de direitos de autor. Pretendeu-se igualmente sensibilizar a academia para os procedimentos e mecanismos a seguir pelos docentes/investigadores para a obtenção de pareceres éticos na formulação de propostas de projetos de investigação.

O programa detalhado e resumo das Jornadas consta do Anexo II.

CAPÍTULO 2. ATIVIDADES REFERENTES AO PERÍODO 2014-2017

A descrição detalhada das atividades desenvolvidas no quadriénio 2014-2017 e dos programas das respetivas ações constam dos respetivos Relatório Anuais da CEUM e das subcomissões SECVS e SECSH apresentados nos Anexos III, IV, V e VI e, dos quais, de uma forma resumida, se destacam os aspetos a seguir apresentados.

Durante o período 2014-2017 e conforme consta dos respetivos Relatórios Anuais, a CEUM e SECVS foram nomeadas para novos mandatos e atualizadas as suas composições, tendo ocorrido em 2014 a criação da nova Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH).

As atividades da CEUM, SECVS e SECSH referentes a este quadriénio foram repartidas por duas componentes essenciais: o desenvolvimento de atividades de sensibilização para as boas práticas de conduta ética, de informação e de prevenção da fraude académica e a avaliação ética de projetos/propostas de investigação, predominantemente a cargo das suas Subcomissões de Ética, conforme se refere nos itens seguintes.

2.1 Criação e funcionamento da Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH)

A SECSH, criada através do despacho RT-40/2014, de 25 de julho, tem como incumbência assegurar e zelar pela promoção de padrões de ética por forma a proteger e garantir a integridade, a dignidade, a honestidade e a qualidade ética nas atividades de investigação em ciências sociais e humanas que decorrem nas unidades de investigação que integram a UMinho (cf. descritivo apresentado no portal da UMinho).

A SECSH orienta-se pelas disposições legais em vigor, atuando, no exercício das suas funções, com observância da lei, dos códigos deontológicos e das declarações e diretrizes nacionais e internacionais sobre ética e bioética.

A SECSH analisa as questões que lhe sejam veiculadas, em conformidade com o estabelecido nas suas Normas Orientadoras da SECSH e respetivo Guião para Submissão de Processos, velando para que os objetivos dos projetos de investigação não violem os direitos e os princípios éticos da dignidade humana.

Os processos documentais para apreciação pela SECSH são organizados em conformidade com os princípios fundamentais éticos e de boas práticas que constam no capítulo 4 do Código de Conduta Ética da Universidade do Minho. Estes processos devem ser instruídos de acordo com a respetiva especificidade, como se indica no Guião para Submissão de Processos a apreciar pela SECSH, seguindo a tramitação expressa no referido guião (disponível no link: <https://www.uminho.pt/PT/uminho/Etica/Ciencias-sociais-e-humanas-SECSH>).

2.2. Ações de sensibilização, divulgação, informação e formação

2.2.1. Fóruns de Ética UMinho

No período 2014-2017, foram realizados na UMinho encontros de Ética anuais, promovidos pela CEUM, SECS e SECSH, cujos programas detalhados se encontram nos respetivos Relatórios Anuais e que de uma forma resumida a seguir se apresentam.

- Fórum de Ética UMinho 2014

O Fórum, realizado em 15 de outubro no Campus de Gualtar, teve como objetivos sensibilizar a comunidade académica para a problemática da conduta ética nas atividades da UMinho e debater com os interessados mecanismos, obrigações e metodologias de tratamento concreto de projetos sujeitos a avaliação ética.

Entre outros assuntos, foram tratados, analisados e amplamente debatidos os seguintes: A Comissão de Ética da UMinho: missão, objetivos e competências; Autoria e direitos de autor na produção científica e cultural; Boas práticas e ética na investigação: o papel das Subcomissões de Ética.

● Fórum de Ética UMinho 2015

O Fórum teve como objetivos sensibilizar a comunidade académica para a problemática da conduta ética nas atividades da UMinho e debater com os interessados mecanismos, obrigações e metodologias de tratamento concreto de projetos sujeitos a avaliação ética.

Entre outros assuntos, foram tratados, analisados e amplamente debatidos os seguintes temas: Bioética universal; Ética nas atividades de interação universidade-sociedade; Boas práticas e ética na investigação: o papel das Subcomissões de ética.

● Fórum de Ética UMinho 2016

O Fórum teve como preocupação central promover a análise, reflexão e debate na comunidade académica sobre o papel da ética na academia, com especial enfoque: (i) nos limites da liberdade académica face à responsabilidade na promoção de condutas éticas que ressalvem a responsabilidade ética no ensino, projetos e atividades desenvolvidas na universidade e (ii) no esclarecimento relativo ao funcionamento e missão das Subcomissões SECVS e SECSH, em especial no que se refere aos procedimentos a seguir pelos investigadores com vista à obtenção de pareceres éticos na formulação de projetos e/ou de propostas de candidatura a financiamento de projetos de investigação.

Entre outros assuntos, foram tratados os seguintes temas: Liberdade e Integridade Académica no Ensino e na Investigação; Ética e integridade científica; Ética aplicada às Ciências da Vida e Saúde e às Ciências Sociais e Humanas.

● Fórum de Ética UMinho 2017

O Fórum, subordinado à temática Ética no Campus: Cidadania e Dignidade Pessoal teve como objetivo principal promover a análise, reflexão e debate com os docentes/investigadores, estudantes e pessoal não docente e não investigador da UMinho sobre o papel da ética nos campi, com especial enfoque nas estratégias de prevenção da violência nos campi universitários, nas questões de dignidade humana em ambiente digital e na dignidade, diversidade e tolerância nos campi. Em suma, em comportamentos (linguagem, gestos, atitudes e práticas) que ressalvem a responsabilidade ética de todos os membros da academia no dia-a-dia nos campi.

Neste Fórum, à semelhança do que aconteceu nas edições anteriores, foi ainda possível esclarecer os interessados relativamente ao funcionamento das Subcomissões de Ética da CEUM, SECVS e SECSH, em especial no que se refere aos procedimentos a seguir pelos investigadores com vista à obtenção de pareceres éticos na formulação de projetos e/ou de propostas de candidatura a financiamento da investigação.

2.2.2. Outras ações de sensibilização e formação

● Ações de formação

- 2014: Ação de formação no programa doutoral conjunto em informática (MAP-i) das Universidades do Minho, Aveiro e Porto

. L. Chainho Pereira, “Plagiarism and falsification of results: how to prevent and detect”

. A. Sousa Miranda, “Research work and publication of results”

- 2014, 2015, 2016 e 2017: *Workshops* em “Ética em Investigação em Humanos” e “Ética em Experimentação Animal” na Escola de Medicina UMinho

. N. Santos, “Questões éticas associadas à investigação em Humanos e como preparar projetos a submeter a parecer de Comissões de Ética”

. Magda Carlos-Castelhana, “Questões éticas associadas à experimentação animal: para formação em boas práticas éticas, bem como treino e aprendizagem de preparação de projetos para submissão a Comissões de Ética”

- 2015 e 2016: *Workshop* “Ética Aplicada às Ciências da Vida e Saúde” no programa de Mestrado em Ciências da Saúde da Escola de Medicina da UMinho

. C. Leão, “Ética na UMinho: o Código de Conduta Ética da UMinho, a CEUM e o papel das Subcomissões”

. N. Santos e M. Carlos-Castelhana, “Treino nas boas práticas éticas em estudos com humanos e com experimentação animal e como preparar projetos de investigação para submissão à SECVS”

- 2017: Ação de formação no Curso de Mestrado em Direitos Humanos da Escola de Direito da UMinho

. N. Santos, Magda Carlos-Castelhana e C. Leão, “Bioética em Ciência & Investigação”, nas vertentes (i) estudos experimentais com animais e (ii) estudos de investigação em humanos”

● Comunicações por membros da CEUM, SECVS e SECSH

- 2014: Colóquio no Centro de Física no âmbito do programa Colóquios “Integrity and misconduct in Science Research”

. L. Chainho Pereira, “Código de conduta ética da Universidade do Minho. Investigação com ética e boas práticas”

. A. Sousa Miranda “Trabalho de investigação e publicação de resultados”

. Mikhail Vasilevskiy, “Algumas questões de ética na investigação em Optometria e Ciências da Visão”

- 2015 e 2016: Apresentações internas no âmbito das reuniões presenciais da CEUM, SECVS e SECSH

. Guilherme da Fonseca (2015), “Ética e relações de emprego”

. Laurinda Leite (2015). “Ética e investigação em educação: evolução e procedimentos na Universidade do Minho”, II Jornadas do Doutoramento em Ciências da Educação.

. N. Santos (2016) “Ética e Segurança laboratorial”

- 2017: Comunicações na Academia de Ciências de Lisboa, no âmbito da iniciativa “IEAS - Adriano Moreira | Ética”

. C. Leão, “Genoma, Direitos Humanos e Bioética”

. N. Santos “Direitos Humanos e Bioética”, Nadine Santos, membro da SECVS

. Magda Carlos-Castelhano, “Ética e Experimentação Animal”

. Laurinda Leite (2017). “Ética e investigação em ciências sociais e humanas: Evolução e procedimentos na UMinho” Mestrado em Estudos da Criança – Intervenção Psicossocial com crianças jovens e família.

. Laurinda Leite (2017). “Ética na UMinho”, Sessão de abertura do Programa Doutoral em Ciências da Educação.

● **Participação de membros da SECVS em Redes de Ética nacionais e internacionais e noutros fóruns relevantes**

- 2014, 2015, 2016 e 2017:

. Rede Nacional de Comissões de Ética para a Saúde (RedÉtica);

. Sociedade Portuguesa de Ciência de Animais de Laboratório (SPCAL);

. REDE EUROPEIA de Experimentação Animal;

. Conselho de administração da “Federation of Laboratory Animal Science Associations (FELASA)”;

. Congresso organizado pela Comissão Europeia “Non-animal approaches – the way forward”;

. 13º Congresso da FELASA;

. I simpósio nacional de ORBEA (Órgão Responsável pelo Bem-Estar Animal);

. Congresso anual da “American Association for Laboratory Animal Science (68th AALAS meeting)”;

. II Simpósio Nacional de ORBEA (Órgão Responsável pelo Bem-Estar Animal).

2.3. Pareceres emitidos pela CEUM, SECVS e SECSH

2.3.1. Pareceres emitidos pela CEUM

- 2014

- Análise do documento “Projeto de regulamento disciplinar do estudante da UMinho”

Enviado à CEUM pelo Reitor, para comentários, o documento foi analisado e objeto de parecer enviado superiormente, conforme pedido e em tempo oportuno. O parecer da CEUM teve por base o Apontamento sobre o assunto elaborado pelo Juiz Conselheiro Guilherme da Fonseca que se reproduz no Relatório Anual 2014 (Anexo III).

- Análise do projeto de Circular RT, no âmbito das praxes académicas

Recebido a 7 de julho, o documento foi analisado pela CEUM, na reunião de 7 de julho. Sobre o mesmo foram enviados comentários ao Reitor, conforme pedido e em tempo oportuno.

- Pareceres da avaliação ética

De janeiro a julho de 2014, antes do início de funções da SECSH, os pedidos de parecer de projetos de Ciências Sociais e Humanas foram analisados no âmbito da CEUM. Nesse período, foram recebidas dezoito propostas para registo, todas da área de Psicologia, tendo ficado registados dezasseis projetos, dado que dois não foram aprovados. Foram ainda recebidas, para avaliação ética, dezasseis propostas de Psicologia, duas de Educação e uma de Engenharia Humana, tendo sido todas concluídas, com a exceção de uma que aguarda informação.

2.3.2. Pareceres de avaliação ética emitidos pela SECVS

- 2014

Em termos de balanço dos projetos analisados, em 2014 foram submetidos junto da SECVS um total de 172 processos, dos quais 168 em estudos com humanos e 4 em experimentação animal. Os projetos, embora maioritariamente provenientes da Escola de Medicina (anteriormente Escola de Ciências da Saúde), 72% dos projetos recebidos incluem projetos de diversas outras Escolas/Centros da UMinho (Escola de Psicologia; Escola Superior de Enfermagem; Escola de Ciências, Centro de Física; Escola de Engenharia; e, Centro de Investigação em Ciências Sociais).

Dos processos concluídos, 58% reportavam-se a investigação clínica com humanos a serem realizados em Hospitais, o que obriga para a sua concretização, para além do parecer da SECVS, o parecer da respetiva Comissão de Ética Hospitalar. Neste contexto, e de modo a agilizar os processos de emissão de pedidos de parecer em tempo útil por parte da SCEVS e das Comissões de Ética Hospitalares, foram celebrados protocolos de colaboração com os Hospitais envolvidos na realização dos projetos, com resultados muito positivos em termos de análise e celeridade de resposta.

De um modo sumário, comparativamente com 2013, ocorreu um aumento de 72% no número de processos recebidos junto da SECVS (100 em 2013 *versus* 172 em 2014) e, considerando a globalidade, um aumento de 7% no número de projetos em estudos em humanos (90/100 em 2013 *versus* 168/172 em 2014) e uma diminuição em cerca de 50% no número de projetos em experimentação animal (10/100 em 2013 *versus* 4/172 em 2014). Mesmo assim, considerando o aumento de 72% de processos recebidos, a média de dias de resposta após reformulação final aumentou apenas em 2 dias comparativamente com 2013, o que expressa a capacidade de resposta da SECVS.

- 2015

Em termos de balanço dos projetos analisados, em 2015 foram submetidos junto da SECVS um total de 141 processos, dos quais 133 em estudos com humanos e 8 em experimentação animal. Os projetos, embora maioritariamente provenientes da Escola de Medicina (86% dos projetos recebidos), incluem projetos de diversas outras Escolas/Centros da UMinho (Escola de Psicologia; Escola Superior de Enfermagem; Escola de Ciências; Escola de Engenharia; 3B's; Associação Nacional de Estudantes de Medicina) e Hospital de Braga. Dos processos concluídos, 58% reportavam-se a investigação clínica com humanos a serem realizados em Hospitais, continuando em vigor os protocolos de colaboração com os Hospitais envolvidos na realização dos projetos, com resultados muito positivos em termos de análise e celeridade de resposta.

De um modo sumário, comparativamente com 2014, ocorreu uma diminuição de 18% no número de processos recebidos junto da SECVS (172 em 2014 *versus* 141 em 2015) e, considerando a globalidade, uma diminuição de 3% no número de projetos em estudos em humanos (168/172 em 2014 *versus* 133/141 em 2015), e um aumento de 3,4% do número de processos em experimentação animal (4/172 em 2014 *versus* 8/141 em 2015), embora para os últimos tenha ocorrido um aumento de cerca de 100% no número de projetos submetidos junto da SECVS (4 em 2014 para 8 em 2015).

- 2016

Em termos de balanço dos projetos analisados, em 2016 foram submetidos junto da SECVS um total de 148 novos processos, dos quais 128 em estudos com humanos, 18 em experimentação animal e 2 comuns a ambas as vertentes, incluindo uma componente de estudo com humanos e outra com experimentação animal. Os projetos, embora maioritariamente provenientes da Escola de Medicina (84% dos projetos recebidos), incluem projetos de diversas outras Escolas/Centros da UMinho (Escola de Psicologia; Escola Superior de Enfermagem; Escola de Ciências; Escola de Engenharia; 3B's; Associação Nacional de Estudantes de Medicina).

Dos processos concluídos, 44% reportavam-se a investigação clínica com humanos a serem realizados em Hospitais, continuando em vigor os protocolos estabelecidos com os Hospitais, com resultados muito positivos, em termos de análise e celeridade de resposta. De um modo sumário, comparativamente aos anos anteriores, o

número de processos para apreciação ética pela SECVS continua a aumentar: 101 em 2013 *versus* 172 em 2014 *versus* 142 em 2015 *versus* 148 em 2016.

- 2017

Em termos de balanço dos projetos analisados, em 2017 foram submetidos junto da SECVS, na componente de estudo com humanos e na componente de experimentação animal, um total de 161 novos processos, dos quais 145 em estudos com humanos, 16 em experimentação animal. Os projetos, embora maioritariamente provenientes da Escola de Medicina (83% dos projetos recebidos), incluem projetos de diversas outras Escolas/Centros da UMinho (Escola de Psicologia; Escola Superior de Enfermagem; Escola de Engenharia; Escola de Ciências; 3B's e Associação Nacional de Estudantes de Medicina).

Dos processos submetidos, 130 reportavam-se a investigação clínica com humanos a serem realizados em Hospitais, continuando em vigor os protocolos de colaboração com os Hospitais envolvidos na realização dos projetos, com resultados muito positivos em termos de análise e celeridade na resposta.

De um modo sumário e considerando a globalidade, comparativamente com 2016, ocorreu:

- um aumento no número de processos totais recebidos junto da SECVS (148 em 2016 *versus* 168 em 2017);
- um aumento do número de projetos em estudos em humanos (128/148 em 2016 *versus* 154/168 em 2017);
- um aumento do número de processos em experimentação animal (12/148 em 2016 *versus* 14/168 em 2017).

2.3.3. Pareceres de avaliação ética emitidos pela SECSH

- 2014

Em termos de balanço dos projetos analisados, em 2014 foram submetidos junto da SECSH um total de 13 processos desde o final de julho, altura em que os processos no âmbito das Ciências Sociais e Humanas começaram a ser avaliados por esta subcomissão. Os projetos apresentados foram maioritariamente oriundos da Escola de Psicologia (10), sendo os restantes (3) oriundos do Instituto de Educação. Dos 13 processos submetidos em 2014, 12 encontram-se concluídos com emissão de parecer, encontrando-se um em fase de primeira análise. A média de dias de resposta pela SECSH, após a última reformulação até à emissão de Parecer, foi de 5 dias, com uma média total de 15 dias desde a submissão inicial até emissão de parecer.

- 2015

Em termos de balanço dos projetos analisados, em 2015 foram submetidos junto da SECSH um total de 40 processos. Os projetos apresentados foram maioritariamente oriundos da Escola de Psicologia (27), sendo os restantes oriundos do Instituto de Educação (8), escola de Direito (1), ILCH (1), Escola de Economia e Gestão (1), Escola de Ciências (1) e Centro de Computação Gráfica (1).

De um modo sumário, comparativamente com 2014, no corrente ano o número de processos recebidos junto da SECSH triplicou (13 em 2014 *versus* 40 em 2015).

- 2016

Em termos de balanço dos projetos analisados, em 2016 foram submetidos junto da SECSH um total de 67 processos. Os projetos apresentados foram maioritariamente oriundos da Escola de Psicologia (52), sendo os restantes oriundos do Instituto de Educação (14) e do Centro de Computação Gráfica, UMinho.

De um modo sumário, no ano de 2016 o número de processos recebidos junto da SECSH continuou a aumentar: 13 em 2014 *versus* 40 em 2015 *versus* 67 em 2016.

- 2017

Em termos de balanço dos projetos analisados, em 2017 foram submetidos junto da SECSH um total de 58 processos. Os projetos apresentados foram maioritariamente oriundos da Escola de Psicologia (45), sendo os restantes oriundos do Instituto de Educação (10), Escola de Engenharia (2) e Instituto de Ciências Sociais (1). De um modo sumário, a análise comparativa com os anos anteriores, mostra a seguinte evolução para o número de processos enviados à SECSH para análise e posterior emissão de parecer: 13 em 2014 *versus* 40 em 2015 *versus* 67 em 2016 *versus* 64 em 2017.

CAPÍTULO 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme referido na Introdução, a CEUM, criada em setembro de 2011, deu de início preferência na sua ação ao desenvolvimento de três vetores fundamentais, que estão explícitos no ponto 1.3.1 das Normas Orientadoras da CEUM, anexas ao Despacho RT-51/2011 de 7 de setembro:

I) A elaboração do Código de Conduta da Universidade, que viria a ser aprovado pelo Reitor, ouvido o Senado Académico, pelo Despacho RT-47/2012 de 24 de julho;

II) A criação de comissões especializadas para emitir recomendações e pareceres de avaliação ética aos projetos/propostas de investigação ou outras atividades que envolvam, sob qualquer forma, pessoas, animais, ou material biológico de origem humana ou animal (alíneas f) e d) de 1.3.2 das Normas referidas). Para esse fim foram criadas, nomeadas e postas em funcionamento, duas subcomissões, conforme previsto em 2.2.1 das Normas orientadoras:

- A Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS), criada e nomeada pelo Despacho RT-45/2012, de 20 de julho;

- A Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH), criada e nomeada pelo Despacho RT-40/2014, de 22 de julho;

III) A realização de Conferências, Fóruns e outras iniciativas similares, abertas a toda a comunidade académica, para reflexão e debate de temas éticos (previstos no Código de Conduta Ética) para os estudantes, docentes, investigadores e trabalhadores não docentes e não investigadores.

As atividades da CEUM, da SECVS e da SECSH só foram possíveis com o apoio técnico-administrativo do Secretariado da Sr.^a Vice-Reitora Prof.^a Doutora Graciete Dias, a cargo da Dr.^a Isabel Monteiro, membro da CEUM, desde 26 de abril de 2016, na qualidade de estudante de mestrado (Despacho RT-19/2016).

É importante salientar que, à medida que o Código de conduta Ética foi sendo assumido pela academia e que as estruturas representativas começaram a funcionar, aumentou rapidamente o volume de projetos a solicitar apreciação ética para a prossecução das atividades de investigação em curso, ou a propor, conforme, a seguir, de um modo sumário, se passa a descrever:

- o número total de processos submetidos com emissão de pareceres, durante o período a que reporta o presente relatório (2011-2017) foi de 915;
- a evolução do número de processos submetidos a análise e posterior emissão de parecer junto da SECVS foi: 101 em 2013 *versus* 172 em 2014 *versus* 142 em 2015 *versus* 148 em 2016 *versus* 168 em 2017;
- a evolução no número de processos enviados à SECSH para análise e posterior emissão de parecer foi: 13 em 2014 *versus* 40 em 2015 *versus* 67 em 2016 *versus* 64 em 2017.

O aumento constante do volume de processos para analisar exigiu um trabalho mais exigente. Assim, dos primeiros comentários ao funcionamento da estrutura ética da UMinho ditado pela experiência da CEUM e suas Subcomissões, é o de recomendar a criação de uma estrutura de apoio profissionalizado de assessoria ético-técnica, em termos de pessoal dedicado a dar resposta às questões colocadas pela Instituição, em especial no que diz respeito à revisão ética de projetos de investigação, de parecer vinculativo em grande parte dos casos.

Por outro lado, considera-se que a assunção de uma estratégia de colocação dos estudantes dos diversos ciclos de estudo no foco do plano estratégico de qualidade e excelência da Instituição, promovendo entre eles os valores da igualdade e diversidade, implica uma acrescida dimensão ética académica.

Adicionalmente considera-se relevante aproveitar a experiência acumulada, no sentido de uma maior abrangência na avaliação ética das atividades de investigação prosseguidas, aliás internacionalmente obrigatória na pesquisa envolvendo participantes humanos (em investigação não-médica ou em investigação médica ou clínica), e igualmente em investigação envolvendo participação de crianças e adultos vulneráveis, bem como em situações de “*covert research*” e investigação com animais.

Como consequência, estas vertentes poderão implicar a eventual criação de outras comissões de ética em áreas não cobertas pelas atuais Subcomissões (precedida de adequada formação em ética aplicada dos seus membros), em articulação institucional, a exemplo do que acontece agora com a SECVS e SECSH, o que poderá potenciar uma estrutura mais compreensiva e alargada, de forma a dar uma resposta adequada aos crescentes

desafios à escala global de dimensão ética e de integridade científica com que atualmente se confrontam as instituições de ensino e investigação.

AGRADECIMENTOS

A CEUM e as Subcomissões SECVS e SECSH reconhecem o responsável apoio institucional que sempre receberam do Reitor e da Sr.^a Vice-Reitora do pelouro da Ética, Prof.^a Graciete Dias.

Ao Secretariado, na pessoa da Dr.^a Isabel Monteiro que, desde o início de funcionamento da CEUM, assegurou integralmente o secretariado, agradece-se a generosa disponibilidade e elevada competência sempre demonstradas ao longo de mais de seis anos, quer a nível de CEUM quer no apoio às Subcomissões.

É ainda altura para manifestar a nossa gratidão aos conferencistas convidados, internos e externos, assinalados nos programas das Conferências/Fóruns, pelo precioso apoio que a sua especialização e experiência nos trouxeram a essas realizações.

A CEUM está particularmente grata a todos os membros da Comissão – passados e atuais - e igualmente a todos os membros da SECVS e SECSH, desde o início ao presente, pela sua importância decisiva e pelo seu empenhamento participativo contínuo nos diversos trabalhos levados a cabo pela estrutura ética da Universidade do Minho.

CEUM, SECVS e SECSH

Universidade do Minho, 1 de dezembro de 2018

ANEXOS

Anexo I - Composição da CEUM, da SECVS e da SECSH

(atualizadas ao longo do período a que se reporta o presente Relatório /2011-2017)

Composição e atualização da Comissão de Ética (CEUM)

Despacho RT-58/2011, de 26 de setembro

Licínio Chainho Pereira, Professor Catedrático Aposentado da UMinho (Presidente)
Guilherme Frederico Dias Pereira da Fonseca, Juiz Conselheiro Jubilado
Carlos António Alves Bernardo, Professor Catedrático da UMinho
Maria Cecília de Lemos Pinto Estrela Leão, Professora Catedrática da UMinho
Mário Miguel Machado Osório Gonçalves, Professor Catedrático da UMinho
Maria Luisa Garcia Alonso, Professora Associada da UMinho
João Manuel Cardoso Rosas, Professor Associado da UMinho
António Sousa de Azevedo, Técnico Superior da UMinho
Helena Rita Gonçalves Marinho Moreira, Estudante de Doutoramento da UMinho
Sara Ferreira Rodrigues, Estudante de Licenciatura da UMinho

Despacho RT-46/2013, de 10 de maio

Licínio Chainho Pereira, Professor Catedrático Aposentado da UMinho (Presidente)
Guilherme Frederico Dias Pereira da Fonseca, Juiz Conselheiro Jubilado
Carlos António Alves Bernardo, Professor Catedrático Aposentado da UMinho
Maria Cecília de Lemos Pinto Estrela Leão, Professora Catedrática da UMinho
Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, Professor Catedrático da UMinho
Maria Luisa García Alonso, Professora Associada Aposentada da UMinho
João Manuel Cardoso Rosas, Professor Associado da UMinho
António Sousa de Azevedo, Técnico Superior da UMinho
Helena Rita Gonçalves Marinho Moreira, Estudante de Doutoramento da UMinho
Sara Ferreira Rodrigues, Estudante de Licenciatura da UMinho

Despacho RT-53/2013, de 12 de junho

Licínio Chainho Pereira, Professor Catedrático Aposentado da UMinho (Presidente)
Guilherme Frederico Dias Pereira da Fonseca, Juiz Conselheiro Jubilado
António Augusto Sousa Miranda, Professor Catedrático Aposentado da Universidade do Minho
Maria Cecília de Lemos Pinto Estrela Leão, Professora Catedrática da Universidade do Minho
Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, Professor Catedrático da Universidade do Minho
Maria Luísa García Alonso, Professora Associada Aposentada da Universidade do Minho
João Manuel Cardoso Rosas, Professor Associado da Universidade do Minho
António Sousa de Azevedo, Técnico Superior da Universidade do Minho
Helena Rita Gonçalves Marinho Moreira, Estudante de Doutoramento da Universidade do Minho
Sara Ferreira Rodrigues, Estudante de Licenciatura da Universidade do Minho

Despacho RT-08/2014, de 18 de fevereiro

Licínio Chainho Pereira, Professor Catedrático Aposentado da UMinho (Presidente)
Guilherme Frederico Dias Pereira da Fonseca, Juiz Conselheiro Jubilado
Maria Cecília de Lemos Pinto Estrela Leão, Professora Catedrática da UMinho
António Augusto Sousa Miranda, Professor Catedrático Aposentado da UMinho
Manuel Rosa Gonçalves Gama, Professor Catedrático da UMinho
Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, Professor Catedrático da UMinho
Maria Luisa García Alonso, Professora Associada Aposentada da UMinho
António Sousa de Azevedo, Técnico Superior da UMinho
Helena Rita Gonçalves Marinho Moreira, Estudante de Doutoramento da UMinho
Sara Ferreira Rodrigues, Estudante de Mestrado da UMinho

Despacho RT-19/2014, de 21 de abril

Licínio Chainho Pereira, Professor Catedrático Aposentado da UMinho (Presidente)
Guilherme Frederico Dias Pereira da Fonseca, Juiz Conselheiro Jubilado
Maria Cecília de Lemos Pinto Estrela Leão, Professora Catedrática da UMinho
António Augusto Sousa Miranda, Professor Catedrático Aposentado da UMinho
Manuel Rosa Gonçalves Gama, Professor Catedrático da UMinho
Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, Professor Catedrático da UMinho
Maria Luísa Garcia Alonso, Professora Associada Aposentada da UMinho
António Sousa de Azevedo, Técnico Superior da UMinho
Helena Rita Gonçalves Marinho Moreira, Estudante de Doutoramento da UMinho
Sara Ferreira Rodrigues, Estudante de Mestrado da UMinho

Despacho RT-58/2015, de 21 de outubro

Licínio Chainho Pereira, Professor Catedrático Aposentado da UMinho (Presidente)
Guilherme Frederico Dias Pereira da Fonseca, Juiz Conselheiro Jubilado
Maria Cecília de Lemos Pinto Estrela Leão, Professora Catedrática da UMinho
António Augusto Sousa Miranda, Professor Catedrático Aposentado da UMinho
Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, Professor Catedrático da UMinho
Laurinda Sousa Ferreira Leite, Professora Catedrática da UMinho
Maria Luísa Garcia Alonso, Professora Associada Aposentada da UMinho
António Sousa de Azevedo, Técnico Superior da UMinho
Helena Rita Gonçalves Marinho Moreira, Estudante de Doutoramento da UMinho
Sara Ferreira Rodrigues, Estudante de Mestrado da UMinho

Despacho RT-19/2016, de 26 de abril

Licínio Chainho Pereira, Professor Catedrático Aposentado da UMinho (Presidente)
Guilherme Frederico Dias Pereira da Fonseca, Juiz Conselheiro Jubilado
Maria Cecília de Lemos Pinto Estrela Leão, Professora Catedrática da UMinho
António Augusto Sousa Miranda, Professor Catedrático Aposentado da UMinho
Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, Professor Catedrático da UMinho
Laurinda Sousa Ferreira Leite, Professora Catedrática da UMinho
Maria Luísa Garcia Alonso, Professora Associada Aposentada da UMinho
António Sousa de Azevedo, Técnico Superior da UMinho
Helena Rita Gonçalves Marinho Moreira, Estudante de Doutoramento da UMinho
Isabel Maria Vilalva Patrocínio Monteiro, Estudante de Mestrado da UMinho

Despacho RT-08/2017, de 26 de janeiro

Licínio Chainho Pereira, Professor Catedrático Aposentado da UMinho (Presidente)
Guilherme Frederico Dias Pereira da Fonseca, Juiz Conselheiro Jubilado
Maria Cecília de Lemos Pinto Estrela Leão, Professora Catedrática da UMinho
António Augusto Sousa Miranda, Professor Catedrático Aposentado da UMinho
Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, Professor Catedrático da UMinho
Laurinda Sousa Ferreira Leite, Professora Catedrática da UMinho
Maria Helena Costa Carvalho Sousa, Professora Catedrática da UMinho
António Sousa de Azevedo, Técnico Superior da UMinho
Helena Rita Gonçalves Marinho Moreira, Estudante de Doutoramento da UMinho
Isabel Maria Vilalva Patrocínio Monteiro, Estudante de Mestrado da UMinho

Composição e atualização da Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS)

Despacho RT-45/2012, de 20 de julho

Maria Cecília de Lemos Pinto Estrela Leão, Professora Catedrática da UMinho (Presidente)
Guilherme Frederico Dias Pereira da Fonseca, Juiz Conselheiro Jubilado
Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, Professor Catedrático da UMinho
Mikhail Igorevich Vasilevskiy, Professor Catedrático da UMinho
Jorge Manuel Rolo Pedrosa, Professor Catedrático da UMinho
Nuno João Meleiro Alves Neves, Professor Auxiliar da UMinho
Magda João Castelhana Carlos, Técnica Superior da UMinho
Nadine Correia Santos, Investigadora Doutorada da UMinho

Despacho RT- 64/2013, de 22 de julho

Maria Cecília de Lemos Pinto Estrela Leão, Professora Catedrática da UMinho (Presidente)
Guilherme Frederico Dias Pereira da Fonseca, Juiz Conselheiro Jubilado
Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, Professor Catedrático da UMinho
Jorge Manuel Rolo Pedrosa, Professor Catedrático da UMinho
Rui Luís Gonçalves Reis, Professor Catedrático da UMinho
Mikhail Igorevich Vasilevskiy, Professor Catedrático da UMinho
Magda João Castelhana Carlos, Técnica Superior da UMinho
Nadine Correia Santos, Investigadora Doutorada da UMinho

Despacho RT- 01/2014, de 7 de janeiro

Maria Cecília de Lemos Pinto Estrela Leão, Professora Catedrática da UMinho (Presidente)
Guilherme Frederico Dias Pereira da Fonseca, Juiz Conselheiro Jubilado
Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, Professor Catedrático da UMinho
Jorge Manuel Rolo Pedrosa, Professor Catedrático da UMinho
Mikhail Igorevich Vasilevskiy, Professor Catedrático da UMinho
Nuno João Meleiro Alves Neves, Professor Auxiliar da UMinho
Magda João Castelhana Carlos, Técnica Superior da UMinho
Nadine Correia Santos, Investigadora Doutorada da UMinho

Despacho RT- 19/2014, de 21 de abril

Maria Cecília de Lemos Pinto Estrela Leão, Professora Catedrática da UMinho (Presidente)
Guilherme Frederico Dias Pereira da Fonseca, Juiz Conselheiro Jubilado
Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, Professor Catedrático da UMinho
Mikhail Igorevich Vasilevskiy, Professor Catedrático da UMinho
Jorge Manuel Rolo Pedrosa, Professor Catedrático da UMinho
Nuno João Meleiro Alves Neves, Professor Auxiliar da UMinho
Magda João Castelhana Carlos, Técnica Superior da UMinho
Nadine Correia Santos, Investigadora Doutorada da UMinho

Composição e atualização da Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH)

Despacho RT- 40/2014, de 25 de julho

Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, Professor Catedrático da UMinho (Presidente)
Laurinda Sousa Ferreira Leite, Professora Catedrática da UMinho
Manuel Rosa Gonçalves Gama, Professor Catedrático da UMinho
Maria Luisa García Alonso, Professora Associada Aposentada da UMinho
José Manuel Melo Antunes Mendes, Professor Auxiliar Convidado da UMinho
Helena Rita Gonçalves Marinho Moreira, Estudante de Doutoramento da UMinho

Despacho RT- 03/2016, de 14 de janeiro

Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, Professor Catedrático da UMinho (Presidente)
Laurinda Sousa Ferreira Leite, Professora Catedrática da UMinho
Maria Luisa García Alonso, Professora Associada Aposentada da UMinho
José Manuel Melo Antunes Mendes, Professor Auxiliar Convidado da UMinho
Ana Raquel Marcelino Mesquita, Investigadora Auxiliar da UMinho
Helena Rita Gonçalves Marinho Moreira, Estudante de Doutoramento da UMinho

Despacho RT- 09/2017, de 26 de janeiro

Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, Professor Catedrático da UMinho (Presidente)
Laurinda Sousa Ferreira Leite, Professora Catedrática da UMinho
Maria Helena Costa Carvalho Sousa, Professora Catedrática da UMinho
José Manuel Melo Antunes Mendes, Professor Auxiliar Convidado da UMinho
Ana Raquel Marcelino Mesquita, Investigadora Auxiliar da UMinho
Helena Rita Gonçalves Marinho Moreira, Estudante de Doutoramento da UMinho

Anexo II - Jornada realizada em 2013

Título da Jornada:

Integridade académica: procedimentos éticos e situações de conduta imprópria

Data

2 de outubro de 2013, 14:30 horas

Local

Universidade do Minho, Auditório B2, Complexo Pedagógico II, Campus de Gualtar, Braga

Objetivos

Promover uma análise, reflexão e debate com os responsáveis da Universidade do Minho mais diretamente envolvidos no ensino e investigação, no sentido de fortalecer uma praxis de integridade académica e de prevenir, detetar e combater situações de fraude académica na investigação e no ensino graduado e pós-graduado, com um enfoque especial no plágio, fabricação e falsificação de resultados, bem como no da violação e proteção de direitos de autor.

Pretende-se igualmente sensibilizar a academia para os procedimentos e mecanismos a seguir pelos docentes/investigadores para a obtenção de pareceres éticos na formulação de propostas de projetos de investigação.

A quem se destina

Trata-se de uma Jornada aberta, organizada pela Comissão de Ética da Universidade do Minho (CEUM) com o patrocínio da Reitoria, destinada à academia em geral e, em particular, aos docentes/investigadores e estudantes.

Programa

14:30 **Abertura**

O código de conduta ética da Universidade do Minho

Prof.^a Graciete Tavares Dias, Vice-Reitora da Universidade do Minho

15:00 **Prevenção, deteção e consequências das práticas de plágio e de falsificação de resultados**

Prof. Licínio Chainho Pereira, Presidente da Comissão de Ética da Universidade do Minho

15:40 **Autoria e direitos de autor na produção científica e cultural**

Dr José Manuel Mendes, Escritor e Professor convidado da Universidade do Minho

16:20 **Debate**

Moderadores: membros da CEUM

Prof. João Manuel Cardoso Rosas, Juiz Conselheiro Jubilado Guilherme Frederico Dias Pereira da Fonseca, Dr^a Helena Rita Gonçalves Marinho Moreira (MSc)

17:00 **Intervalo**

17:20 **Conduta ética na investigação envolvendo humanos ou experimentação animal.**

O primeiro ano de funcionamento da Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS)

Prof.^a Maria Cecília de Lemos Pinto Estrela Leão, Presidente da SECVS

17:35 **Metodologias e procedimentos a seguir nos pedidos de pareceres éticos**

Membros da SECVS

Magda João Castelhana Carlos (MSc), Nadine Correia Santos (PhD)

17:50 **Debate**

Moderadores: membros da SECVS

18:20 **Considerações finais e encerramento**

Relato sumário da Jornada de sensibilização e debate

Integridade acadêmica: procedimentos éticos e situações de conduta imprópria

O assunto central de integridade acadêmica, ou o seu oposto, o da fraude acadêmica, foi apresentado pelo presidente da CEUM, Chainho Pereira, tendo o mesmo tratado em vários slides o tema da definição, prevenção, detecção e consequências do plágio, bem como o de outras situações ilícitas tais como falsificação/fabricação de resultados, (*cheating*), copianço, violação de códigos e do trabalho feito em conluio. Foi apontado pelo apresentador que as consequências deste tipo de fraude, por exemplo em Universidades anglo-saxônicas, podem conduzir a perda de ano escolar ou mesmo à expulsão do prevaricador da Universidade em questão.

Uma abordagem sobre a ética definidora das autorias, apresentada por J M Mendes, tem para os investigadores universitários um interesse óbvio, dado que pode potenciar situações de controvérsia.

Foi muito importante ter uma primeira abordagem pública à especificidade da conduta ética na investigação com humanos, tema apresentado por Cecília Leão e sobre as metodologias usadas pela SECVS na apreciação ética de projetos, a cargo de Nadine Santos e Magda Castelhana.

Na última parte da Jornada foi aberto um debate a todos os participantes relativamente à Jornada e assuntos relacionados. Foram focados por professores e estudantes da assistência vários pontos de que se destacam os seguintes:

Ponto 1. Em matéria de consequências para os estudantes, em casos de conduta imprópria analisados na Jornada, foi questionada a mesa dos moderadores do debate, sobre os procedimentos a adotar pelos docentes/investigadores. Relativamente ao assunto, a CEUM informou que já apresentou superiormente e viu aprovado o *código de conduta ética académica*, o qual, nos termos do Artigo 9º dos Estatutos da Universidade, deve enquadrar a ação disciplinar a constar em regulamento disciplinar aprovado pelo Reitor. Foi esclarecido que as consequências por má conduta não são definidas pela CEUM e caem no âmbito do poder disciplinar do Reitor e do referido regulamento disciplinar;

Ponto 2. Foi referida a necessidade de uma maior visibilidade da CEUM e do seu funcionamento e missão, tendo sido sugerido a criação de um portal adequado para o efeito, assunto este já discutido previamente pela Comissão com a Reitoria.

Ponto 3. Foi levantada a questão sobre a necessidade de informação adequada aos investigadores de Ciências Sociais e Humanas, em particular quando é obrigatório um parecer ético sobre projetos de investigação e/ou propostas a financiamento desses projetos. Foi respondido em nome da CEUM que tais projetos/propostas

devem ser sempre encaminhados para a Reitoria, a exemplo do que sucede com os projetos de experimentação com humanos e animais ou quaisquer outros.

Este assunto será analisado em próxima reunião da CEUM com a discussão da metodologia a seguir a curto e médio prazo na avaliação ética desses projetos, em particular em projetos de investigação feitos com recurso a inquéritos e entrevistas presenciais que exijam consentimento informado.

Ponto 4. Foi ainda sugerido que os tutores/orientadores/supervisores de trabalhos de tese deveriam elucidar os seus estudantes, (por exemplo em aulas tutoriais ou com outras medidas adequadas) sobre boas práticas na investigação e sobre situações de conduta imprópria e consequências, designadamente no que se refere ao plágio, falsificação e fabricação de resultados. Contudo, a CEUM desconhece em que medida tais ações estão a ser realizadas na prática.

Ponto 5. Houve ainda uma intervenção de um estudante de pós-graduação a solicitar se era possível disponibilizar, aos estudantes a elaborar teses, a plataforma informática institucional de deteção do plágio. Este assunto não teve uma resposta concreta pois parece cair fora do âmbito das atribuições da CEUM, mas considera-se importante haver mais informação institucional sobre instrumentos disponíveis para deteção de plágio.

Universidade do Minho, 15 de outubro de 2013

O Presidente da CEUM

Prof. Licínio Chainho Pereira

Anexo III - Relatório de Atividades: ano de 2014



Universidade do Minho

CEUM

Relatório de Atividades: ano de 2014

Comissão de Ética da Universidade do Minho

Índice

1 – Introdução	31
2 - Novos mandatos da CEUM e da SECVS	31
3 - Criação da Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH).....	32
4 -Atividades de debate e reflexão crítica de temas de ética na academia	33
4.1 – Fórum de Ética, UMinho 2014	33
4.2 – Ação de formação do programa doutoral MAPi,	33
4.3 - Colóquio no Centro de Física.....	34
5 - Pareceres sobre questões éticas veiculados pelo Reitor.....	34
5.1 – Análise do documento “Projeto de regulamento disciplinar do estudante da UMinho”	34
5.2 – Análise do projeto de Circular RT, no âmbito das praxes académicas.....	35
6 - Pareceres da avaliação ética emitidos pela CEUM.....	35
7 - Atividades das Subcomissões de Ética e pareceres emitidos	35
7.1 – Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS).....	35
7.2 – Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH)	37
7- Anexos	38
Anexo I	39
Programa do Fórum de Ética, Outubro 2014	39
Anexo II	40
Relatório do Fórum de Ética UMINHO 2014	40
Anexo III.....	43
Ação de formação do programa doutoral MAPi no Departamento de Informática	43
Anexo IV.....	44
Programa do Colóquio no Centro de Física, 17 de dezembro, 2014	44
Anexo V	45
APONTAMENTO	45

1 – Introdução

O presente relatório é elaborado em conformidade com o número 2.2.6 das normas orientadoras da Comissão de Ética da Universidade do Minho (CEUM), anexas ao Despacho RT-51-2011 de 7 de setembro.

No relatório sublinha-se a composição da CEUM para um novo mandato, com início em 2014. Explicita-se igualmente a nomeação e a composição da Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS), para o novo mandato.

A criação da nova Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH) durante 2014 é referida detalhadamente.

A CEUM tem repartido a sua ação por duas componentes essenciais: a avaliação ética de projetos/propostas de investigação - predominantemente a cargo das suas Subcomissões de Ética – e o desenvolvimento de atividades de sensibilização para as boas práticas de conduta ética, de informação e de prevenção da fraude académica.

Assim, no presente relatório, são focadas as ações de sensibilização, divulgação e informação levadas a cabo pela CEUM em 2014, tendo como destinatários grupos específicos de investigação e a comunidade académica da UMinho, em geral.

As atividades prosseguidas pela SECVS e pela SECSH são devidamente caracterizadas, em especial no que se refere aos resultados dos pedidos de pareceres de avaliação ética de projetos, no âmbito das respetivas Subcomissões.

São ainda referidos alguns pareceres sobre questões éticas solicitados à CEUM pelo Reitor.

2 - Novos mandatos da CEUM e da SECVS

A Comissão de Ética foi nomeada para novo mandato pelo Despacho RT-08/2014, de 18 de fevereiro, em conformidade com o nº 2.1.4 das Normas Orientadoras da Comissão de Ética da Universidade do Minho. Nestes termos foram nomeados para integrar a CEUM os seguintes membros, que se encontram em funções:

Licínio Chainho Pereira, Professor Catedrático Aposentado da UMinho (Presidente)

Guilherme Frederico Dias Pereira da Fonseca, Juiz Conselheiro Jubilado

Maria Cecília de Lemos Pinto Estrela Leão, Professora Catedrática da UMinho

António Augusto Sousa Miranda, Professor Catedrático Aposentado da UMinho

Manuel Rosa Gonçalves Gama, Professor Catedrático da UMinho

Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, Professor Catedrático da UMinho

Maria Luísa Garcia Alonso, Professora Associada Aposentada da UMinho

António Sousa de Azevedo, Técnico Superior da UMinho

Helena Rita Gonçalves Marinho Moreira, Estudante de Doutoramento da UMinho

Sara Ferreira Rodrigues, Estudante de Mestrado da UMinho

Sublinhe-se que a Prof.^a Maria Cecília de Lemos Pinto Estrela Leão exerce igualmente as funções de Vice-Presidente da CEUM, para que foi eleita por unanimidade na reunião da CEUM de 7 de abril de 2014.

Também a SECVS foi objeto de nomeação para novo mandato, tendo sido eleita por unanimidade como presidente desta Subcomissão a Prof.^a Maria Cecília Leão na reunião da CEUM de 7 de abril de 2014. Na

mesma reunião a Prof.^a Cecília Leão propôs a lista nominativa dos membros da Subcomissão, tendo a sua proposta sido aprovada por unanimidade e objeto de nomeação reitoral pelo Despacho RT- 19/2014, de 21 de abril.

A composição atual da Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde passou a ser a seguinte:

Maria Cecília de Lemos Pinto Estrela Leão, Professora Catedrática da UMinho (Presidente)

Guilherme Frederico Dias Pereira da Fonseca, Juiz Conselheiro Jubilado

Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, Professor Catedrático da UMinho

Mikhail Igorevich Vasilevskiy, Professor Catedrático da UMinho

Jorge Manuel Rolo Pedrosa, Professor Catedrático da UMinho

Nuno João Meleiro Alves Neves, Professor Auxiliar da UMinho

Magda João Castelhana Carlos, Técnica Superior da UMinho

Nadine Correia Santos, Investigadora Doutorada da UMinho

3 - Criação da Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH)

A análise de propostas de avaliação ética situadas no domínio das Ciências Sociais e Humanas começou a ser tratada de início pela CEUM, por terem começado a ser solicitados à CEUM alguns pareceres de avaliação ética dessas áreas. Assim, num primeiro momento, a Comissão deliberou que a análise de eventuais pedidos de avaliação ética de propostas emanadas daqueles domínios científicos seria tratada pela CEUM, em interação com o proponente responsável. Contudo, devido ao gradual aumento de pedidos de pareceres, em especial veiculados por investigadores de Psicologia, a CEUM criou um Grupo de trabalho para o tratamento de tais propostas (reunião da CEUM de abril 2014), a partir do qual se criaram condições para a criação da **Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas**, cuja proposta foi discutida e aprovada na reunião da CEUM de julho de 2014. Para o efeito foi apresentada, debatida e votada favoravelmente por todos os membros da CEUM a seguinte deliberação:

a) Nos termos dos n.ºs 2.2.1 e 2.2.2 das normas orientadoras da Comissão de Ética da Universidade do Minho, conjugados com o seu n.º 2.3 alínea d), em reunião da CEUM de 7 de julho de 2014, foi deliberado propor a criação de uma **Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH)**, com a seguinte constituição:

Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, Professor Catedrático da UMinho (Presidente)

Laurinda Sousa Ferreira Leite, Professora Catedrática da UMinho

Manuel Rosa Gonçalves Gama, Professor Catedrático da UMinho

Maria Luisa García Alonso, Professora Associada Aposentada da UMinho

José Manuel Melo Antunes Mendes, Professor Auxiliar Convidado da UMinho

Helena Rita Gonçalves Marinho Moreira, Estudante de Doutoramento da UMinho

b) A Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas proporá à CEUM as normas orientadoras do seu funcionamento bem como a versão final do Guião para submissão de pedidos de pareceres éticos;

c) A presente deliberação vai ser encaminhada para a Reitoria, para os devidos efeitos.

A nomeação da Subcomissão Ética para as Ciências Sociais e Humanas foi objeto de despacho reitoral (Despacho RT- 40/2014, de 25 de julho), tendo a SECSH iniciado funções a partir da mesma data.

4 - Atividades de debate e reflexão crítica de temas de ética na academia

Na sequência da realização de uma Jornada realizada em 2 de outubro de 2013, intitulada ***Integridade académica – Procedimentos éticos e situações de conduta imprópria***, destinada a toda a comunidade académica da UMinho, prosseguiu a CEUM com a realização de atividades de divulgação da CEUM e sensibilização dos estudantes e investigadores para a dimensão ética e boas práticas no ensino e investigação, de que se destacam as seguintes:

4.1 – Fórum de Ética, UMinho 2014, realizado em 15 de outubro no campus de Gualtar

O Fórum cujo programa se incorpora no **Anexo I**, contou com uma participação considerável de membros da comunidade académica e teve como objetivos sensibilizar a comunidade académica para a problemática da conduta ética nas atividades da UMinho e debater com os interessados mecanismos, obrigações e metodologias de tratamento concreto de projetos sujeitos a avaliação ética.

Entre outros assuntos, foram tratados, analisados e amplamente debatidos os seguintes:

- A Comissão de Ética da UMinho: missão, objetivos e competências;

- Autoria e direitos de autor na produção científica e cultural;

-Boas práticas e ética na investigação: o papel das Subcomissões de ética.

Um relatório síntese do Fórum, elaborados por três membros da CEUM (*Helena Moreira, Sara Rodrigues e António Azevedo*) constitui o **Anexo II** deste documento.

4.2 – Ação de formação do programa doutoral MAPi, no Departamento de Informática

A ação de formação realizou-se em 5 de fevereiro de 2014, no Departamento de Informática, e foi constituída por duas conferências, conforme se indica:

Parte I – **“Plagiarism and falsification of results: how to prevent and detect”**,

a cargo do Prof L. Chainho Pereira, presidente da CEUM

Parte II – “**Research work and publication of results**”,

a cargo do Prof A. Sousa Miranda, membro da CEUM

Deve notar-se que o Programa Doutoral em Informática MAP-i lecionado em parceria pelas Universidades do Minho, do Porto e de Aveiro. Tem a duração de 8 semestres, sendo a componente letiva (os primeiros 2 semestres) lecionada em cada ano numa das universidades que integram o programa. No ano de 2014 a componente letiva decorreu na UMinho.

O número total de alunos no referido programa, provenientes de vários países, ultrapassou a meia centena, Os tópicos tratados nesta ação de formação constam do **Anexo III** do presente relatório.

4.3 - Colóquio no Centro de Física intitulado *Integrity and misconduct in Science Research*

Por convite do Centro de Física à CEUM e integrado no seu programa de Colóquios, realizou-se a 17 de dezembro um colóquio tratando a temática **da integridade académica e procedimentos não éticos na investigação em Ciências.**

Foram tratados os seguintes temas:

Parte I – **Código de conduta ética da Universidade do Minho. Investigação com ética e boas práticas**, por L. Chainho Pereira, presidente da CEUM

Parte II – **Trabalho de investigação e publicação de resultados**, por A. Sousa Miranda, membro da CEUM

Parte III – **Algumas questões de ética na investigação em Optometria e Ciências da Visão**, por Mikhail Vasilevskiy

Os tópicos dos temas tratados encontram-se discriminados no **Anexo IV** do presente relatório

5 - Pareceres sobre questões éticas veiculados pelo Reitor

5.1 – Análise do documento “Projeto de regulamento disciplinar do estudante da UMinho”

Enviado à CEUM pelo Reitor a 2 de julho, para comentários, o documento foi analisado e objeto de parecer enviado superiormente conforme pedido e em tempo oportuno. O parecer da CEUM teve por base o Apontamento sobre o assunto elaborado pelo Juiz Conselheiro Guilherme da Fonseca que se reproduz no **Anexo V**.

5.2 – Análise do projeto de Circular RT, no âmbito das praxes académicas

Recebido a 7 de julho o documento foi analisado pela CEUM, na reunião de 7 de julho. Sobre o mesmo foram enviados comentários ao Reitor, conforme pedido e em tempo oportuno.

6 - Pareceres da avaliação ética emitidos pela CEUM

De janeiro a julho de 2014, antes do início de funções da SECSH, os pedidos de parecer de projetos de Ciências Sociais e Humanas foram analisados no âmbito da CEUM. Nesse período foram recebidas dezoito propostas para registo, todas da área de Psicologia, tendo ficado registados dezasseis projetos, dado que dois não foram aprovados. Foram ainda recebidas para avaliação ética, dezasseis propostas de Psicologia, duas de Educação e uma de Engenharia Humana, tendo sido todas concluídas, com a exceção de uma que aguarda informação.

7 - Atividades das Subcomissões de Ética e pareceres emitidos

7.1 – Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS)

RESUMO DAS ACTIVIDADES

A SECVS, em concordância com a sua missão, reparte as suas atividades nas duas vertentes das suas competências: a investigação com humanos e a investigação com animais. Em termos de balanço dos projetos analisados, em 2014 foram submetidos junto da SECVS um total de 172 processos, dos quais 168 em estudos com humanos e 4 em experimentação animal. Os projetos, embora maioritariamente provenientes da Escola de Ciências da Saúde (72% dos projetos recebidos), incluem projetos de diversas outras Escolas/Centros da UMinho (Escola de Psicologia; Escola Superior de Enfermagem; Escola de Ciências, Centro de Física; Escola de Engenharia; e, Centro de Investigação em Ciências Sociais). Salienta-se que na sua globalidade:

- 93% dos processos encontram-se concluídos, tendo sido emitido parecer (aguardando-se resposta de reformulação em 5% dos processos e primeira análise em 2% dos processos);
- 74% dos processos requereram reformulação pelo Investigador Responsável;
- a média de dias de resposta pela SECVS, após a última reformulação até à emissão de Parecer foi de 7 dias, com uma média total de 28 dias desde a submissão inicial até emissão de parecer;

Dos processos concluídos, 53% dos projetos reportavam-se a investigação clínica com humanos a serem realizados em Hospitais, o que obriga para a sua concretização, para além do parecer da SECVS, a parecer também da respetiva Comissão de Ética Hospitalar. Neste contexto e de modo a agilizar os processos de emissão de pedidos de parecer em tempo útil por parte da SCEVS e das Comissões de Ética Hospitalares foram celebrados protocolos de colaboração com os Hospitais envolvidos na realização dos projetos. Para estes projetos, após receção e análise dos documentos pela SCEVS e emissão do correspondente Parecer, os processos foram remetidos pela SECVS às respetivas Comissões de Ética Hospitalares para emissão de Parecer pelas mesmas. Atualmente são três os Hospitais com os quais foram celebrados protocolos desta natureza: o Hospital de Braga, o Hospital de Guimarães e o Hospital de Viana do Castelo. No âmbito destes protocolos de colaboração, a SECVS e cada uma das respetivas Comissões Hospitalares, assumiram o compromisso que esta metodologia iria assegurar uma maior celeridade de resposta aos pedidos submetidos às Comissões Hospitalares o que, de facto, tem acontecido, com resultados muito positivos em termos de análise e celeridade de resposta.

De um modo sumário, comparativamente com 2013, ocorreu um aumento de 72% no número de processos recebidos junto da SECVS (100 em 2013 vs 172 em 2014) e, considerando a globalidade, um aumento de 7% no número de projetos em estudos em humanos (90/100 em 2013 vs 168/172 em 2014) e uma diminuição em cerca de 50% no número de projetos em experimentação animal (10/100 em 2013 vs 4/172 em 2014). Mesmo assim, considerando o aumento de 72% de processos recebidos, a média de dias de resposta após reformulação final aumentou apenas em 2 dias comparativamente com 2013, o que expressa a capacidade de resposta da SECVS. Em 2015, até dia 6 de janeiro, foram já submetidos junto da SECVS um total de 2 processos, em estudos com humanos. Em termos de balanço de atividades da SECVS, salienta-se ainda que na vertente de formação, a SECVS continuou a assegurar ações de formação a vários investigadores e alunos de medicina; para estes últimos ocorreram também duas sessões de formação no âmbito da Unidade Curricular de Domínios Verticais do Curso de Medicina - um *workshop* em estudos com humanos e uma sessão em experimentação animal – para formação em boas práticas éticas, bem como treino e aprendizagem de preparação de projetos para submissão a Comissões de Ética. Adicionalmente, salienta-se a continuação da participação de membros da SECVS em encontros da REDETICA de Comissões de Ética de Saúde e da REDE EUROPEIA de Experimentação Animal.

7.2 – Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH)

RESUMO DAS ACTIVIDADES

A SECSH tem como incumbência assegurar e zelar pela promoção de padrões de ética por forma a proteger e garantir a integridade, a dignidade, a honestidade e a qualidade ética nas atividades de experimentação e investigação em ciências sociais e humanas que decorrem nas unidades de investigação que integram a Universidade do Minho. Em termos de balanço dos projetos analisados, em 2014 foram submetidos junto da SECSH um total de 13 processos desde o final de Julho, altura em que os processos no âmbito das Ciências Sociais e Humanas começaram a ser avaliados por esta subcomissão. Os projetos apresentados foram maioritariamente oriundos da Escola de Psicologia (10), sendo os restantes 3 oriundos do Instituto de Educação.

- 12 dos 13 processos, submetidos em 2014, encontram-se concluídos, tendo sido emitido parecer (estando 1 primeira análise);
- 5 dos 13 dos processos requereram reformulação pelo Investigador Responsável;
- a média de dias de resposta pela SECSH, após a última reformulação até à emissão de Parecer foi de 5 dias, com uma média total de 15 dias desde a submissão inicial até emissão de parecer;

Em 2015, até dia 6 de janeiro, foram já submetidos junto da SECSH um total de 2 processos.

7- Anexos

Anexo I

Programa do Fórum de Ética, Outubro 2014

COMISSÃO DE ÉTICA DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Conduta Ética: Integridade, Rigor e Responsabilidade

Data: 15 de outubro de 2014, 15:00 horas

Local: Universidade do Minho, Auditório B1, Complexo Pedagógico II, Campus de Gualtar, Braga

Organização: Comissão de Ética da Universidade do Minho com o apoio da Reitoria

A quem se destina: a todos os membros da comunidade académica e, em particular, aos docentes, investigadores e estudantes

15:00 **Receção dos participantes**

15:15 **Abertura**

Graciete Dias, Vice-Reitora da Universidade do Minho

15:30 **A Comissão de Ética da UMinho: missão, objetivos e competências**

Licínio Chainho Pereira, Presidente da CEUM

16:00 **Autoria e direitos de autor na produção científica e cultural**

José Manuel Mendes, Presidente da Associação Portuguesa de Escritores

- Debate alargado

17:15 **Pausa para café**

17:30 **Boas práticas e ética na investigação: o papel das subcomissões de ética**

- Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS)

Moderador: Cecília Leão, Presidente da SECVS

Intervenções: Membros da SECVS

- Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH)

Moderador: Paulo Machado, Presidente da SECSH

Intervenções: Membros da SECSH

- Debate alargado

19:00 **Encerramento**

Anexo II

Relato do Fórum de Ética UMINHO 2014

O Fórum de Ética UMINHO 2014 dedicado à temática *Conduta Ética: Integridade, Rigor e Responsabilidade* realizou-se no passado dia 15 de Outubro, pelas 15 horas, no auditório B1 da Universidade do Minho, no *Campus* de Gualtar. Inserido no âmbito das atividades desenvolvidas pela Comissão de Ética da Universidade do Minho (CEUM) com o apoio da Reitoria, este evento teve como preocupação central promover o debate e a reflexão em torno do tema da ética no ensino e investigação junto dos membros da comunidade académica, em particular, dos docentes, investigadores e estudantes da Universidade do Minho.

Na sessão de abertura, a Prof^a. Graciete Dias, Vice-Reitora da Universidade do Minho com a área da Qualidade e Avaliação, deu as boas-vindas aos participantes do fórum e reforçou a importância da comunidade académica assumir um compromisso com a ética. Em seguida, elencou as principais iniciativas que foram promovidas pela UM, nos últimos anos, sobre as questões da ética, a saber: i) a criação da CEUM (em Setembro 2011), com vista à consolidação de princípios éticos no desenvolvimento de todas as atividades da instituição; ii) a elaboração do Código de Conduta Ética e a sua importância para o estabelecimento de um conjunto de valores e normas éticas subjacentes à missão da Universidade; iii) a criação da Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS), em Julho de 2012; iv) a criação da Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH), em Julho de 2014. Para além disso, deu a conhecer o espaço dedicado à Ética no portal *online* da UM, onde é possível aceder a informações sobre a CEUM e as respetivas subcomissões; e, ainda, comunicou que muito brevemente o Projeto de Regulamento Disciplinar do Estudante será colocado em discussão pública. No final da sua intervenção, a responsável académica sublinhou «a importância da ética na atividade científica nas sociedades democráticas».

A primeira palestra, subordinada ao tema «O Código de Conduta Ética da UMinho: missão, objetivos e competências», teve como orador o Prof. Licínio Chainho Pereira, Presidente da CEUM, que começou por fazer uma breve apresentação do funcionamento e das competências da Comissão de Ética e das suas Subcomissões, bem como dos princípios e valores orientadores do Código de Conduta Ética da UMinho. Num segundo momento refletiu sobre a importância do papel da Universidade na prevenção e deteção da fraude académica, em particular nas atividades de ensino (e.g., plágio) e investigação (fabricação e falsificação de resultados, falsas autorias e outros conflitos de interesse). Foi ainda explicitado pelo mesmo orador o âmbito das competências da CEUM, salientando-se que a Comissão de Ética não faz apreciações jurídicas ou disciplinares, sem prejuízo da emissão de pareceres pedidos pelo Reitor, pelo que, em relação a eventuais denúncias de atividades não éticas recebidas, não pode a Comissão dar início a quaisquer procedimentos de averiguação ou outros, limitando-se, nesses casos a remeter o assunto para o Reitor.

A segunda palestra intitulada «Autoria e direitos de autor na produção científica e cultural», foi proferida pelo Doutor José Manuel Mendes, Presidente da Associação Portuguesa de Escritores. Neste âmbito, referiu alguns casos reais relacionados com falta de ética no que diz respeito a autorias, em particular: as diversas formas de plágio/falsificação e o papel da internet na facilitação destas práticas; lembrou o debate e as polémicas que o plágio suscitou nos meios intelectuais portugueses ao longo do tempo, fazendo referência a exemplos reais de escritores ilustres (*e.g.*, Eça de Queirós). Para o escritor, na atualidade, «a questão do plágio continua a levantar problemas de extrema delicadeza», em particular devido à forma como o código dos direitos de autor trata as questões da contrafação e do plágio (artigos 196 a 198). Assim, o Doutor José Mendes defendeu que as ideias não têm tutela de direitos de autor e, por conseguinte, «não se pode plagiar uma ideia, mas o modo como se apresenta a ideia» num corpo organizado de texto.

No final da I parte, foi aberto um espaço de debate em que os participantes do fórum teceram comentários e colocaram uma série de questões relacionadas com as práticas de conduta imprópria no ensino e na investigação. Entre as principais questões, destacam-se as seguintes: O plágio só é aplicável no caso de ideias registadas ou patenteadas? Como proteger as ideias do plágio? Como identificar o plágio na escrita criativa e científica? O auto plágio científico (por exemplo, a reprodução de um texto ou parte dele, em diferentes publicações científicas, artigos ou livros) pode ser sancionado? Ao nível do ensino-aprendizagem, como evitar que os alunos cometam plágio? Será que os *softwares* informáticos detetores de plágio podem ser uma boa ferramenta para o efeito? Como atuar nos casos fraudulentos de plágio “escondido”, ou seja, de empresas que realizam, a troco de dinheiro, os trabalhos de mestrado ou doutoramento dos alunos? O que é que se pode fazer para que, pedagogicamente, as leis/normas internas e externas de ética sejam aplicadas?

Discutiu-se, igualmente, a dificuldade de detetar plágio nos trabalhos académicos dos alunos devido à diversificação das técnicas utilizadas, como por exemplo, a sinonímia, as traduções de outras línguas, a eliminação de partes do texto ou de referências bibliográficas, entre outras. Foi sugerida a necessidade de se promoverem cursos/ sessões de esclarecimento que abordem questões importantes como o que é o plágio, como citar outro autor/ parafrasear, entre outros assuntos, tendo como objetivo pedagógico a autocorreção e a promoção de condutas eticamente adequadas junto dos estudantes e investigadores.

A segunda parte do fórum sob o título «Boas práticas e ética na investigação: o papel das subcomissões», incidiu sobre o funcionamento das duas Submissões de Ética criadas no âmbito da CEUM. A primeira intervenção teve como moderadora a Prof^a. Cecília Leão, Presidente da Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS), e contou com a intervenção da Doutora Nadine Santos e a Dra. Magda Carlos, membros da SECVS, que fizeram uma apresentação da Subcomissão e do seu funcionamento. Mais especificamente, explicou-se como proceder à submissão de projetos à SECVS e qual a documentação necessária para o efeito; abordou-se a experimentação animal e a importância de uma formação adequada por parte do investigador, para realizar este tipo de trabalho; e, por fim, apresentaram-se alguns resultados

estatísticos relativos às atividades da SECVS, nomeadamente: o número total de projetos analisados no último ano, o tempo de resposta, as áreas científicas de proveniência dos referidos projetos, etc. Seguiu-se a intervenção do Prof. Paulo Machado, Presidente da Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH), que fez uma breve apresentação da recém-criada Subcomissão e das suas normas de funcionamento. Foram ainda referidos aspetos importantes a ter em consideração aquando da submissão de um projeto de investigação na área das ciências sociais e humanidades.

No final desta II parte, abriu-se novo debate centrado em aspetos relacionados com a ética na investigação e os critérios de submissão de projetos às subcomissões de ética. Foram colocadas várias questões pelos participantes aos membros das diferentes subcomissões, destacando-se as seguintes: Aquando da submissão de um projeto a parecer ético, não será excessivo solicitar informação sobre as suas fontes de financiamento e cronograma de atividades? Será adequado pedir um parecer ético à CEUM quando existe a obrigatoriedade de outras entidades (e.g., as unidades de saúde) emitirem o mesmo parecer? Qual o limite taxonómico a partir do qual se deve pedir um parecer ético? Como saber a qual das duas subcomissões devemos pedir um parecer? É possível submeter à SECSH, por exemplo, um projeto das Ciências da Visão que só pretenda recolher dados demográficos? Durante quanto tempo devem ser guardadas as amostras e registos clínicos das investigações? Até que ponto a obrigatoriedade de obter pareceres éticos na Europa e nos EUA, não estará a limitar a criatividade e a desviar a investigação para países orientais sem preocupações éticas na investigação? Todas estas questões foram analisadas e debatidas com os participantes pelos vários membros da CEUM, da SECVS e da SECSH.

O encerramento dos trabalhos do fórum esteve a cargo da Prof^a. Graciete Dias, Vice-Reitora da UMinho, e do Prof. Licínio Chainho Pereira, Presidente da CEUM, que destacaram a importância de dar continuidade à organização deste tipo de iniciativas, bem como de outras ações pedagógicas e de sensibilização no ambiente académico que promovam uma maior visibilidade de boas práticas em matéria de integridade com envolvimento da comunidade académica.

Anexo III

Ação de formação do programa doutoral MAPi no Departamento de Informática

A ação de formação, intitulada ***Integrity and Misconduct in Academic Research*** realizou-se em 5 de fevereiro de 2014, pelas 14:30, no Departamento de Informática, tendo tido a duração de cerca de 90 minutos e foi constituída por duas conferências seguidas de debate, cujos tópicos se indicam a seguir:

Part I – Plagiarism and Falsification of Results: How to Prevent and Detect.

What is plagiarism? How to detect?

Fabrication and falsification of results.

Other cases of misconduct in education and research.

Academic and legal consequences.

How to protect academic integrity.

Pelo Prof. L. Chainho Pereira, Presidente da CEUM

Part II – Research Work and Publication of Results

Integrity in research work.

Common faults in paper publishing.

Citation of sources – quoting and paraphrasing. Examples.

What should be cited? Examples.

Authorship. Unethical practices associated to authorship.

Pelo Prof. A. Sousa Miranda, membro da CEUM

Anexo IV

Programa do Colóquio no Centro de Física, 17 de dezembro, 2014

Title: Integrity and Misconduct in Science Research

(L. Chainho Pereira, A. Sousa Miranda and Mikhail Vasilevskiy)

I – *Ethics code of conduct of UMinho. Research with ethics and good practices*

1. Examples of unethical academic conduct:

Plagiarism and Falsification of Results: How to Prevent and Detect.

What is plagiarism? How to detect?

Fabrication and falsification of results.

Other cases of misconduct in education and research

2. Academic and legal consequences of unethical conduct

3. How to protect academic integrity.

Prof. L. Chainho Pereira, Chairman of the Ethics Committee (UMinho)

II – *Research Work and Publication of Results*

Integrity in research work.

Common faults in paper publishing.

Citation of sources – quoting and paraphrasing. Examples.

What should be cited? Examples.

Authorship. Unethical practices associated to authorship.

Prof. A. Sousa Miranda, member of Ethics Committee (UMinho)

III - *Algumas questões de ética na investigação em Optometria e Ciências da Visão*

Princípios éticos na área de proteção de saúde e investigação relacionada

Questões orientadoras para aprovação de estudos/projetos/propostas de investigação

Alguns princípios éticos para debater

Prof. Mikhail Vasilevskiy, member of Ethics Subcommittee for Life and Health Sciences (UMinho)

Anexo V

APONTAMENTO

Concordo, de modo geral, com o projeto de Regulamento Disciplinar e as soluções adotadas inscrevem-se nas linhas gerais do exercício do poder disciplinar constante da recente Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho). E também são respeitadas as normas do Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Salvo uma ou outra imprecisão de linguagem ou algum lapso de escrita, facilmente verificáveis, sugiro apenas o seguinte:

1. No art.º 7.º deve substituir-se a referência ao estatuto Disciplinar pela referência ao “regime constante da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas”.
2. No art.º 10º, n.º 6, deve acrescentar-se a parte final: “tendo em conta os períodos a que se referem os números anteriores”.
3. Concordando com um único prazo de seis meses, deve acrescentar-se a parte final: “decisões se tornaram definitivas”.
4. No art.º 34.º, n.º 3, deve dizer-se “sem prejuízo de outros actos”.
5. No art.º 33.º deve dizer-se “estudante arguido” (n.ºs 1 e 3).
6. No art.º 10.º, n.º 5, na parte final deve dizer-se “período de seis meses a cinco anos”.
7. No art.º 26.º, deve acrescentar-se a parte final: “com efeito suspensivo”.
8. Deverá ser prevista a revisão do procedimento disciplinar, nos termos aplicáveis da citada LTFP, com as devidas adequações, pois pode sempre verificar-se a inexistência de factos que determinaram a condenação.

Guilherme Fonseca

Anexo IV - Relatório de Atividades: ano de 2015



Universidade do Minho

CEUM

Relatório de Atividades: Ano de 2015

Índice

1 – Introdução	49
2 - Mandatos da CEUM e da SECVS.....	49
3 - Nomeação dos membros da Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH)...	50
4 - Atividades de informação, debate e reflexão crítica de temas de ética na academia.....	51
5 - Atividades das Subcomissões de Ética e pareceres emitidos	51
5.1 – Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS).....	51
5.2 – Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH)	53
6 - Anexos.....	54

1 – Introdução

O presente relatório é elaborado em conformidade com o número 2.2.6 das normas orientadoras da Comissão de Ética da Universidade do Minho (CEUM), anexas ao Despacho RT-51-2011 de 7 de setembro.

No relatório atualiza-se a composição da CEUM e a das Subcomissões de Ética SECVS e SECHS.

A CEUM repartiu a sua ação por duas componentes essenciais: a avaliação ética de projetos/propostas de investigação - predominantemente a cargo das suas Subcomissões de Ética – e o desenvolvimento de atividades de sensibilização para as boas práticas de conduta ética, de informação e de prevenção da fraude académica.

Assim, no presente relatório, são focadas as ações de sensibilização, divulgação e informação levadas a cabo pela CEUM em 2015, tendo como destinatários grupos específicos de investigação e a comunidade académica da UMinho, em geral.

As atividades prosseguidas pela SECVS e pela SECSH são devidamente caracterizadas, em especial no que se refere aos resultados dos pedidos de pareceres de avaliação ética de projetos, no âmbito das respetivas Subcomissões.

2 - Mandatos da CEUM e da SECVS

A Comissão de Ética foi nomeada para novo mandato pelo Despacho RT-08/2014, de 18 de fevereiro, em conformidade com o nº 2.1.4 das Normas Orientadoras da Comissão de Ética da Universidade do Minho. Posteriormente, através do Despacho RT-58/2015, de 21 de outubro, procedeu-se à nomeação, como membro desta Comissão, da Prof.^a Laurinda Sousa Ferreira Leite. Nestes termos encontram-se nomeados e integram a CEUM os seguintes membros em funções:

Licínio Chainho Pereira, Professor Catedrático Aposentado da UMinho (Presidente)

Guilherme Frederico Dias Pereira da Fonseca, Juiz Conselheiro Jubilado

Maria Cecília de Lemos Pinto Estrela Leão, Professora Catedrática da UMinho

António Augusto Sousa Miranda, Professor Catedrático Aposentado da UMinho

Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, Professor Catedrático da UMinho

Laurinda Sousa Ferreira Leite, Professora Catedrática da UMinho

Maria Luísa García Alonso, Professora Associada Aposentada da UMinho

António Sousa de Azevedo, Técnico Superior da UMinho

Helena Rita Gonçalves Marinho Moreira, Estudante de Doutoramento da UMinho

Sara Ferreira Rodrigues, Estudante de Mestrado da UMinho

Sublinhe-se que a Prof.^a Maria Cecília de Lemos Pinto Estrela Leão exerce igualmente as funções de Vice-Presidente da CEUM, para que foi eleita por unanimidade na reunião da CEUM de 7 de abril de 2014.

Também a SECVS foi objeto de nomeação para novo mandato, tendo sido eleita por unanimidade como presidente desta Subcomissão a Prof.^a Maria Cecília Leão na reunião da CEUM de 7 de abril de 2014. Na mesma reunião a Prof.^a Cecília Leão propôs a lista nominativa dos membros da Subcomissão, tendo a sua proposta sido aprovada por unanimidade e objeto de nomeação reitoral pelo Despacho RT- 19/2014, de 21 de abril.

A composição atual da Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde passou então a ser a seguinte:

Maria Cecília de Lemos Pinto Estrela Leão, Professora Catedrática da UMinho (Presidente)

Guilherme Frederico Dias Pereira da Fonseca, Juiz Conselheiro Jubilado

Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, Professor Catedrático da UMinho

Mikhail Igorevich Vasilevskiy, Professor Catedrático da UMinho

Jorge Manuel Rolo Pedrosa, Professor Catedrático da UMinho

Nuno João Meleiro Alves Neves, Professor Auxiliar da UMinho

Magda João Castelhana Carlos, Técnica Superior da UMinho

Nadine Correia Santos, Investigadora Doutorada da UMinho

3 - Nomeação dos membros da Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH)

Também a SECSH foi oportunamente objeto de nomeação, tendo sido eleito por unanimidade como presidente desta Subcomissão o Prof. Paulo Machado na reunião da CEUM de 7 de julho de 2014. Na mesma reunião o Prof. Paulo Machado propôs a lista nominativa dos membros da Subcomissão, tendo a sua proposta sido aprovada por unanimidade e objeto de nomeação reitoral pelo Despacho RT- 40/2014, de 25 de julho.

A composição atual da Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas é a seguinte:

Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, Professor Catedrático da UMinho (Presidente)

Laurinda Sousa Ferreira Leite, Professora Catedrática da UMinho

Maria Luisa García Alonso, Professora Associada Aposentada da UMinho

José Manuel Melo Antunes Mendes, Professor Auxiliar Convidado da UMinho

Helena Rita Gonçalves Marinho Moreira, Estudante de Doutoramento da UMinho

Note-se que o Professor Manuel Gama apresentou a sua demissão de membro da CEUM e de membro da SECHS em Outubro de 2015.

4 - Atividades de informação, debate e reflexão crítica de temas de ética na academia

A CEUM prosseguiu, à semelhança do que foi feito nos anos anteriores, com a realização de atividades de sensibilização dos estudantes e investigadores para a dimensão ética e boas práticas no ensino e investigação, de que se destacou a realização do Fórum de Ética a seguir relatado:

Fórum de Ética, UMinho 2015, realizado em 14 de outubro no campus de Azurém.

O Fórum cujo programa se incorpora no *Anexo I*, teve como objetivos sensibilizar a comunidade académica para a problemática da conduta ética nas atividades da UMinho e debater com os interessados mecanismos, obrigações e metodologias de tratamento concreto de projetos sujeitos a avaliação ética.

Um relatório síntese do Fórum, elaborado por três membros da CEUM (Helena Moreira, Sara Rodrigues e António Azevedo) constitui o *Anexo II* deste documento.

Adicionalmente a CEUM promoveu ainda ações de reflexão interna sobre temas de natureza ética no âmbito das reuniões presenciais dos membros da CEUM, SECVS e SECSH. Nestes termos, foi desenvolvido o tema *Ética e relações de emprego*, a cargo do Juiz Conselheiro Guilherme da Fonseca.

5 - Atividades das Subcomissões de Ética e pareceres emitidos

5.1 – Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS)

RESUMO DAS ACTIVIDADES

A SECVS, em concordância com a sua missão, reparte as suas atividades nas duas vertentes das suas competências: a investigação com humanos e a investigação com animais. Em termos de balanço dos projetos analisados, em 2015 foram submetidos junto da SECVS um total de 141 processos, dos quais 133 em estudos com humanos e 8 em experimentação animal. Os projetos, embora maioritariamente provenientes da Escola de Ciências da Saúde (86% dos projetos recebidos), incluem projetos de diversas outras Escolas/Centros da UMinho (Escola de Psicologia; Escola Superior de Enfermagem; Escola de Ciências; Escola de Engenharia; 3B's; Associação Nacional de Estudantes de Medicina) e Hospital de Braga. Salienta-se que na sua globalidade:

- 93% dos processos encontram-se concluídos, tendo sido emitido parecer (aguardando-se resposta de reformulação em 2% dos processos e primeira análise em 3% dos processos);
- 16% dos processos requereram reformulação pelo Investigador Responsável;

- a média de dias de resposta pela SECVS, após a última reformulação até à emissão de Parecer foi de 2.5 meses.

Dos processos concluídos, 58% dos projetos reportavam-se a investigação clínica com humanos a serem realizados em Hospitais, o que obriga para a sua concretização, para além do parecer da SECVS, a parecer também da respetiva Comissão de Ética Hospitalar. Neste contexto e de modo a agilizar os processos de emissão de pedidos de parecer em tempo útil por parte da SECVS e das Comissões de Ética Hospitalares foram celebrados protocolos de colaboração com os Hospitais envolvidos na realização dos projetos. Para estes projetos, após receção e análise dos documentos pela SECVS e emissão do correspondente Parecer, os processos foram remetidos pela SECVS às respetivas Comissões de Ética Hospitalares para emissão de Parecer pelas mesmas. Atualmente são três os Hospitais com os quais foram celebrados protocolos desta natureza: o Hospital de Braga, o Hospital de Guimarães e o Hospital de Viana do Castelo. No âmbito destes protocolos de colaboração, a SECVS e cada uma das respetivas Comissões Hospitalares, assumiram o compromisso que esta metodologia iria assegurar uma maior celeridade de resposta aos pedidos submetidos às Comissões Hospitalares o que, de facto, tem acontecido, com resultados muito positivos em termos de análise e celeridade de resposta.

De um modo sumário, comparativamente com 2014, ocorreu uma diminuição de 18% no número de processos recebidos junto da SECVS (172 em 2014 vs 141 em 2015) e, considerando a globalidade, uma diminuição de 3% no número de projetos em estudos em humanos (168/172 em 2014 vs 133/141 em 2015), e um aumento de 3.4% do número de processos em experimentação animal (4/172 em 2014 vs 8/141 em 2015), embora para os últimos tenha ocorrido um aumento de cerca de 100% no número de projetos submetidos junto da SECVS (4 em 2014 para 8 em 2015).

Em termos de balanço de atividades da SECVS, salienta-se ainda que na vertente de formação, a SECVS continuou a assegurar ações de formação a vários investigadores e alunos de medicina. Ocorreram duas sessões de formação no âmbito da Unidade Curricular de Domínios Verticais do Curso de Medicina - um *workshop* em estudos com humanos e duas sessões sobre “Ética em investigação: experimentação animal” (correspondentes aos anos letivos 2014/2015 e 2015/2016) – para formação em boas práticas éticas, bem como treino e aprendizagem de preparação de projetos para submissão a Comissões de Ética. Ocorreu ainda um *workshop* de “Ética aplicada às ciências da vida e saúde”, para alunos dos programas do mestrado em ciências da saúde, que incluiu a apresentação da CEUM e da SECVS e a formação em boas práticas éticas em estudos com humanos e com experimentação animal, bem como o treino da preparação de processos de ambos os tipos de investigação.

Adicionalmente, salienta-se a continuação da participação de membros da SECVS em encontros da REDETICA de Comissões de Ética de Saúde, e das Sociedade Portuguesa de Ciência de Animais de Laboratório e Federation of Laboratory Animal Science Associations (FELASA).

5.2 – Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH)

A SECSH tem como incumbência assegurar e zelar pela promoção de padrões de ética por forma a proteger e garantir a integridade, a dignidade, a honestidade e a qualidade ética nas atividades de experimentação e investigação em ciências sociais e humanas que decorrem nas unidades de investigação que integram a Universidade do Minho. Em termos de balanço dos projetos analisados, em 2015 foram submetidos junto da SECSH um total de 40 processos. Os projetos apresentados foram maioritariamente oriundos da Escola de Psicologia (27), sendo os restantes oriundos do Instituto de Educação (8), escola de Direito (1), ILCH (1), Escola de Economia e Gestão (1), Escola de Ciências (1) e Centro de Computação Gráfica (1).

- 31 dos 40 processos, submetidos em 2015, encontram-se concluídos, tendo sido emitido parecer;
 - 6 dos 40 dos processos requereram reformulação pelo Investigador Responsável;
 - 2 projetos foram reenviados para a SECVS por se enquadrarem melhor no âmbito das atividades desta comissão
 - 1 projeto espera análise por parte da SECVS para emissão, de um parecer conjunto
 - a média de dias de resposta pela SECSH, após a última reformulação até à emissão de parecer foi de 5 dias.
- De um modo sumário, comparativamente com 2014, no corrente ano o número de processos recebidos junto da SECSH triplicou (13 em 2014 vs 40 em 2015)

6 - Anexos

Fórum de Ética UMinho 2015

Ética, Academia e Sociedade

Data/hora: 14 de outubro de 2015, 14:00 horas

Local: Pólo de Azurém da Universidade do Minho, Auditório B1.10, Guimarães

Organização: Comissão de Ética da Universidade do Minho (CEUM) com o apoio da Reitoria

A quem se destina: a todos os membros da comunidade académica - Estudantes, Docentes/Investigadores, Pessoal Não Docente e Convidados

Programa

14:00 – ABERTURA

António M. Cunha / Reitor da UMinho

14:30 - CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Para uma Bioética universal?

Walter Osswald / Professor Catedrático detentor da Cátedra da UNESCO de Bioética - Instituto de Bioética da Universidade Católica Portuguesa

15:15 - PAINEL I: Ética nas atividades de interação universidade-sociedade

Temas

Cooperação Universidade-Empresa: benefícios e prevenção de conflitos de interesses

/ Licínio Chainho Pereira - Presidente da CEUM

Do laboratório para a sociedade: o lugar da ética / João Ribeiro Mendes - ILCH, UMinho

Fundamentos éticos e legais na gestão da propriedade intelectual / Marco Sousa –

TecMinho

Discussão alargada / Coordenador: António Sousa Miranda - CEUM

16:30 - INTERVALO

16:45 - PAINEL II: Ética Aplicada às “Ciências da Vida e Saúde” e às “Ciências Sociais e Humanas”

Temas

O papel das Subcomissões de Ética da CEUM: Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS) e Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH) – Cecília Leão (Presidente da SECVS) e Paulo Machado (Presidente da SECSH)

Pareceres éticos de projetos de investigação em Ciências da Vida e Saúde – Nadine Santos e Magda Castelhana-Carlos (SECVS)

Pareceres éticos de projetos de investigação em Ciências Sociais e Humanas: metodologia de submissão e de análise de projetos de investigação – Paulo Machado (SECSH)

Discussão alargada / Coordenadores: Jorge Pedrosa (SECVS) e Laurinda Leite (SECSH)

18:00 – Encerramento

Anexo II

Relato do Fórum de Ética UMINHO 2015

O Fórum de Ética UMINHO 2015, dedicado à temática *Ética, Academia e Sociedade*, realizou-se no passado dia 14 de Outubro, pelas 14 horas, no auditório B1.10 da Universidade do Minho, em Campus de Azurém, Guimarães. Inserido no âmbito das atividades desenvolvidas pela Comissão de Ética da Universidade do Minho (CEUM) com o apoio da Reitoria, este evento teve como preocupação central promover a análise e o debate sobre o papel da ética na academia, com especial enfoque na promoção de condutas éticas nos projetos e atividades de interação da universidade com a sociedade, bem como esclarecer os interessados relativamente ao funcionamento e missão das Subcomissões de Ética da CEUM: Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS) e Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH) – em especial no que se refere aos procedimentos a seguir pelos investigadores com vista à obtenção de pareceres éticos na formulação de projetos e/ou de propostas de candidatura a financiamento da investigação.

Na sessão de abertura, o Prof. António M. Cunha, Reitor da Universidade do Minho, deu as boas-vindas aos participantes do fórum e reforçou a importância nuclear da comunidade académica assumir um compromisso com a ética, no quadro vigente de construção de um Espaço Europeu do Ensino Superior e da Investigação. Em seguida, referiu as principais iniciativas promovidas pela CEUM, desde a sua constituição em Setembro de 2011, como a elaboração do Código de Conduta Ética, de máxima importância para o estabelecimento de um conjunto de valores e normas éticas subjacentes à missão da Universidade, bem como da criação de duas subcomissões (SECVS e SECSH) com valor fundamental para a aprovação de diversos projetos de investigação. No final da sua intervenção, o responsável académico sublinhou ainda que no atual contexto socioeconómico, o futuro da Universidade depende da sua capacidade em afirmar-se como “local de referência ética”.

De seguida, o Prof. Licínio Chainho Pereira, Presidente da CEUM reiterou as palavras do Sr. Reitor sobre a necessidade de tornar a universidade num espaço de referência de princípios éticos. Além disso, procedeu à apresentação do tema e objetivos do fórum, justificando a sua relevância não só para uma maior divulgação das atividades da CEUM e respetivas subcomissões (Ciências Sociais e Humanas; e Ciências da Vida e da Saúde), mas também como excelente oportunidade para fortalecer as relações da Universidade do Minho com as empresas e a comunidade em geral.

A primeira palestra, subordinada ao tema “Para uma Bioética universal?”, teve como orador o Prof. Walter Osswald, Professor Catedrático e detentor da Cátedra da UNESCO de Bioética - Instituto de Bioética da Universidade Católica Portuguesa, que começou por referir que a universidade deve usufruir de uma relação estreita com a ética, não devendo, no entanto, as comissões de ética serem entendidas com entidades

reguladoras e restritivas das atividades de investigação nas universidades. Sublinhou que a ética e as comissões de ética podem ser facilitadoras, com um papel pedagógico e de consulta/apoio para a garantia da qualidade e de isenção das atividades de ensino e investigação, bem como ter um papel interventivo através da realização de *workshops* e formações sobre estas matérias. De seguida, o orador fez uma breve referência histórica à Bioética, desde a sua criação em 1970 / ~~em~~ 1971, até à atualidade, terminando com a noção de que devemos promover uma “Bioética com e pelos outros”, nomeadamente no respeito pelos outros e no saber viver em comunidade, mas também expressa na vontade de ajudar os outros.

Na primeira parte do evento, teve ainda lugar o Painel I, dedicado à temática “Ética nas atividades de interação universidade-sociedade”, composto por três oradores e seguido de uma discussão alargada. O primeiro comunicador do Painel I, Prof. Licínio Chainho Pereira, debruçou-se sobre a temática “Cooperação Universidade-Empresa: benefícios e prevenção de conflitos de interesses”. O orador referiu que, no final dos anos 60/70, se assistiu a uma explosão na procura do ensino superior por parte da sociedade, o que se traduziu, nos anos 80, numa crescente interação sociedade-universidade. Com efeito, relatou, as universidades sentiram então a necessidade de se voltarem para o exterior, interagindo com a sociedade e empresas. Tendo sublinhado as vantagens recíprocas da ligação Universidade-Empresa, acentuou que desta colaboração podem emergir eventuais dilemas éticos potenciadores do enfraquecimento da cooperação (e.g., como conflitos de interesse individuais e/ou institucionais, dúvidas relativamente a autorias e propriedade intelectual, atrasos na publicação/divulgação dos resultados científicos impostos pelas empresas), pelo que é necessário implementar estratégias para evitar/gerir tensões e danos potenciais.

No Painel I, seguiu-se a comunicação do Prof. João Ribeiro Mendes, ILCH UMinho, abordando o tema “Do laboratório para a sociedade: o lugar da ética”, onde começou por introduzir o conceito de “tecnóética” e sua génese histórica. Para o orador, a Ciência contemporânea está inevitavelmente associada à tecnologia e, como tal, é necessário incorporar a ética na tecnologia. Esta integração deve, na sua opinião, ser realizada numa fase bastante inicial, ainda no laboratório, dando como exemplo o facto de os “Eticistas” poderem ajudar a antecipar o impacto moral das tecnologias emergentes, podendo de igual modo acrescentar valor à investigação científica e tecnológica favorecendo a criatividade e antecipando eventuais questões de índole ética e moral.

O Painel I terminou com uma palestra intitulada “Fundamentos éticos e legais na gestão da propriedade intelectual”, levada a cabo pelo Dr. Marco Sousa, da TecMinho. Após definir o conceito de propriedade intelectual, que inclui invenções, obras literárias e artísticas, desenhos, símbolos, nomes e imagens relativas ao comércio, referiu ainda que na Declaração Universal dos Direitos do Homem já está contemplada a participação de todos na expressão de ideias, bem como a sua proteção, sendo que os direitos de autor protegem a expressão das ideias. Relativamente às imposições legais e contratuais da gestão de propriedade industrial (GPI), o palestrante referiu que os detentores de uma patente têm obrigatoriedade de exploração da mesma, referindo ainda a possibilidade de concessão de licenças obrigatórias de patentes, consistindo numa suspensão

temporária do direito de exclusividade do titular de uma patente, para permitir a produção, uso ou venda do produto patenteado por um terceiro, desde que tenha sido colocado no mercado diretamente pelo titular ou com o seu consentimento. Por fim, foi ainda mencionado que existem algumas dificuldades e questões éticas inerentes à GPI, especialmente na interface universidade-empresa, uma vez que regra geral o detentor da patente acaba por ser a universidade e não o investigador/docente que criou a ideia.

No final da I parte, foi aberto um espaço de debate, coordenado pelo Prof. António Sousa Miranda, membro da CEUM, em que os participantes do fórum teceram comentários e colocaram uma série de questões relacionadas com as comunicações anteriores relativas à Bioética e ao papel da Ética na interação universidade-sociedade. Entre as principais questões, destacam-se as seguintes: Será a moral a base da Ética? A Ética é um fim em si mesmo ou um meio para? Será que a Ética ajuda/facilita a resolução de problemas ou vem apenas complicar? Será a indústria capaz de coagir a investigação e impor um curso diferente daquele que seria desejável pelos investigadores?

Sob o título “Ética Aplicada às Ciências da Vida e Saúde e às Ciências Sociais e Humanas”, o Painel II do Fórum de Ética, incidiu sobre o funcionamento das duas submissões de ética da CEUM (SECVS e SECSH). A primeira intervenção, relativa aos “Pareceres éticos de projetos de investigação em Ciências da Vida e Saúde”, contou com a intervenção da Dra. Nadine Santos e a Dra. Magda Carlos, membros da SECVS, que fizeram uma apresentação da SECVS e dos procedimentos e dos documentos necessários para a submissão de projetos a esta subcomissão; por fim, apresentaram-se alguns resultados estatísticos relativos às atividades da SECVS, nomeadamente: o número total de projetos analisados no último ano (e.g., 125 relativos a experiências com seres humanos; e 4 / 5 relativos a experiências com animais), o tempo de resposta por parte da SECVS, as áreas científicas de proveniência dos referidos projetos, etc. Seguiu-se a intervenção do Prof. Paulo Machado, Presidente da SECSH, que fez uma breve apresentação da SECSH e das suas normas de funcionamento, referindo de igual modo aspetos importantes a ter em consideração aquando da submissão de um projeto de investigação na área das ciências sociais e humanas. Por fim, mostrou também alguns dados relativos ao número total de projetos analisados em 2015 (33) e áreas científicas de proveniência dos mesmos.

No final desta II parte, abriu-se um novo debate centrado em aspetos relacionados com a ética na investigação e os critérios de submissão de projetos às subcomissões de ética. Este momento de discussão terminou com uma reflexão acerca dos motivos que possam justificar a fraca participação por parte da comunidade académica neste evento promovido pela CEUM.

O encerramento dos trabalhos do fórum esteve a cargo do Prof. Licínio Chainho Pereira, Presidente da CEUM, que destacou a importância de dar continuidade à organização de iniciativas de promoção de uma cultura de Ética no contexto académico, bem como da adoção de estratégias no sentido de garantir uma maior visibilidade à CEUM e às questões éticas e morais na Universidade do Minho, sensibilizando os

estudantes, docentes e funcionários para o papel fundamental da Ética nas atividades ensino-aprendizagem, de investigação e interação com a sociedade.

Anexo V - Relatório de Atividades: ano de 2016



Universidade do Minho

CEUM

Relatório de Atividades: Ano de 2016

Índice

1 – Introdução	64
2 - Mandatos da CEUM, da SECVS e da SECSH.....	64
3 - Atividades de informação, debate e reflexão crítica de temas de ética na academia	66
4 - Atividades das Subcomissões de Ética e pareceres emitidos	67
4.1 – Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS).....	67
4.2 – Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH)	71
5 - Anexos.....	73
Anexo I - Fórum de Ética UMinho 2016	74
Anexo II - Relatório do Fórum de Ética UMinho 2016	75

1 – Introdução

O presente relatório é elaborado em conformidade com o número 2.2.6 das normas orientadoras da Comissão de Ética da Universidade do Minho (CEUM), anexas ao Despacho RT-51-2011 de 7 de setembro.

No relatório atualiza-se a composição da Comissão de Ética (CEUM), da Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS) e da Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECHS).

A CEUM repartiu a sua ação por duas componentes essenciais: a avaliação ética de projetos/propostas de investigação - predominantemente a cargo das suas Subcomissões de Ética – e o desenvolvimento de atividades de sensibilização para as boas práticas de conduta ética, de informação e de prevenção da fraude académica.

Assim, no presente relatório, são focadas as ações de sensibilização, divulgação e informação levadas a cabo pela CEUM em 2016, tendo como destinatários grupos específicos de investigação e a comunidade académica da UMinho, em geral.

As atividades prosseguidas pela SECVS e pela SECSH são devidamente caracterizadas, em especial no que se refere ao volume e aos resultados dos pedidos de pareceres de avaliação ética de projetos, no âmbito das respetivas Subcomissões.

2 - Mandatos da CEUM, da SECVS e da SECSH

A Comissão de Ética foi nomeada para novo mandato pelo Despacho RT-08/2014, de 18 de fevereiro, em conformidade com o nº 2.1.4 das Normas Orientadoras da Comissão de Ética da Universidade do Minho. Posteriormente, através do Despacho RT-19/2016, de 26 de abril, procedeu-se à nomeação, como membro desta Comissão, da Dr.ª Isabel Maria Vilalva Patrocínio Monteiro. Nestes termos encontram-se nomeados e integram a CEUM os seguintes membros em funções:

Licínio Chainho Pereira, Professor Catedrático Aposentado da UMinho (Presidente)

Guilherme Frederico Dias Pereira da Fonseca, Juiz Conselheiro Jubilado

Maria Cecília de Lemos Pinto Estrela Leão, Professora Catedrática da UMinho

António Augusto Sousa Miranda, Professor Catedrático Aposentado da UMinho

Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, Professor Catedrático da UMinho

Laurinda Sousa Ferreira Leite, Professora Catedrática da UMinho

António Sousa de Azevedo, Técnico Superior da UMinho

Helena Rita Gonçalves Marinho Moreira, Estudante de Doutoramento da UMinho

Isabel Maria Vilalva Patrocínio Monteiro, Estudante de Mestrado da UMinho

Sublinhe-se que a Prof.^a Maria Cecília de Lemos Pinto Estrela Leão exerce igualmente as funções de Vice-Presidente da CEUM, para que foi eleita por unanimidade na reunião da CEUM de 7 de abril de 2014.

Também a SECVS foi objeto de nomeação para novo mandato, tendo sido eleita por unanimidade como presidente desta Subcomissão a Prof.^a Maria Cecília Leão na reunião da CEUM de 7 de abril de 2014. Na mesma reunião a Prof.^a Cecília Leão propôs a lista nominativa dos membros da Subcomissão, tendo a sua proposta sido aprovada por unanimidade e objeto de nomeação reitoral pelo Despacho RT- 19/2014, de 21 de abril.

A composição atual da Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde é a seguinte:

Maria Cecília de Lemos Pinto Estrela Leão, Professora Catedrática da UMinho (Presidente)

Guilherme Frederico Dias Pereira da Fonseca, Juiz Conselheiro Jubilado

Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, Professor Catedrático da UMinho

Mikhail Igorevich Vasilevskiy, Professor Catedrático da UMinho

Jorge Manuel Rolo Pedrosa, Professor Catedrático da UMinho

Nuno João Meleiro Alves Neves, Professor Auxiliar da UMinho

Magda João Castelhana Carlos, Técnica Superior da UMinho

Nadine Correia Santos, Investigadora Doutorada da UMinho

Também a SECSH foi oportunamente objeto de nomeação, tendo sido eleito por unanimidade como presidente desta Subcomissão o Prof. Paulo Machado na reunião da CEUM de 7 de julho de 2014. Na mesma reunião o Prof. Paulo Machado propôs a lista nominativa dos membros da Subcomissão, tendo a sua proposta sido aprovada por unanimidade e objeto de nomeação reitoral pelo Despacho RT- 40/2014, de 25 de julho. Posteriormente, através do Despacho RT-03/2016, de 13 de janeiro, procedeu-se à nomeação, como membro desta Subcomissão, da Doutora Ana Raquel Marcelino Mesquita.

A composição atual da Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas é a seguinte:

Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, Professor Catedrático da UMinho (Presidente)

Laurinda Sousa Ferreira Leite, Professora Catedrática da UMinho

José Manuel Melo Antunes Mendes, Professor Auxiliar Convidado da UMinho

Ana Raquel Marcelino Mesquita, Investigadora Auxiliar da UMinho

Helena Rita Gonçalves Marinho Moreira, Estudante de Doutoramento da UMinho

Note-se que a Dr. Sara Ferreira Rodrigues apresentou a sua demissão de membro da CEUM em fevereiro de 2016 e a Professora Maria Luisa García Alonso apresentou a sua demissão de membro da CEUM e de membro da SECHS em abril de 2016, demissão aceite pela CEUM na reunião de julho de 2016.

3 - Atividades de informação, debate e reflexão crítica de temas de ética na academia

A CEUM prosseguiu, à semelhança do que foi feito nos anos anteriores, com a realização de atividades de sensibilização dos estudantes e investigadores para a dimensão ética e boas práticas no ensino e investigação, de que se destacou a realização do Fórum de Ética a seguir relatado:

Fórum de Ética, UMinho 2016, realizado em 12 de outubro no *campus* de Gualtar.

O Fórum, cujo programa se incorpora no *Anexo I*, teve como preocupação central promover a análise, reflexão e debate na comunidade académica sobre o papel da ética na academia, com especial enfoque nos limites da liberdade académica face à responsabilidade na promoção de condutas éticas que ressalvem a responsabilidade ética no ensino, projetos e atividades desenvolvidas na universidade; e esclarecer os interessados relativamente ao funcionamento e missão das Subcomissões de Ética da CEUM: Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS) e Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH) – em especial no que se refere aos procedimentos a seguir pelos investigadores com vista à obtenção de pareceres éticos na formulação de projetos e/ou de propostas de candidatura a financiamento de projetos de investigação.

O relato síntese do Fórum, elaborado por dois membros da CEUM (Isabel Monteiro e Helena Moreira), constitui o *Anexo II* deste documento.

Adicionalmente a CEUM promoveu ainda ações de reflexão interna sobre temas de natureza ética no âmbito das reuniões presenciais dos membros da CEUM, SECVS e SECSH. Nestes termos, foi desenvolvido o tema *Ética e Segurança laboratorial*, tratado pela Doutora Nadine Santos que integra a SECVS.

4 - Atividades das Subcomissões de Ética e pareceres emitidos

4.1 – Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS)

4.1.1. Atividades na vertente de análise de projetos de investigação

A- Projetos submetidos à SECVS em 2016 para efeitos de emissão de Parecer

A SECVS, em concordância com a sua missão, reparte as suas atividades nas duas vertentes das suas competências: a investigação com humanos e a investigação com animais.

Conforme apresentado na figura I, em termos de balanço dos projetos analisados, em 2016 foram submetidos junto da SECVS um total de 148 novos processos, dos quais 128 em estudos com humanos, 18 em experimentação animal e 2 comuns a ambas as vertentes, incluindo uma componente de estudo com humanos e outra com experimentação animal. Os projetos, embora maioritariamente provenientes da Escola de Ciências da Saúde/ Escola de Medicina (84% dos projetos recebidos), incluem projetos de diversas outras Escolas/Centros da UMinho (Escola de Psicologia; Escola Superior de Enfermagem; Escola de Ciências; Escola de Engenharia; 3B's; Associação Nacional de Estudantes de Medicina). Salienta-se que na sua globalidade:

- 88% dos processos encontram-se concluídos, tendo sido emitido parecer;
- 23% dos processos requereram reformulação pelo Investigador Responsável;
- a média de dias de resposta pela SECVS, após a última reformulação até à emissão de Parecer foi de 120 dias.

Dos processos concluídos, 44% dos projetos reportavam-se a investigação clínica com humanos a serem realizados em Hospitais, o que obriga para a sua concretização, para além do parecer da SECVS, também à emissão de parecer da respetiva Comissão de Ética Hospitalar. Neste contexto e de modo a agilizar os processos de emissão de pedidos de parecer em tempo útil por parte da SECVS e das Comissões de Ética Hospitalares continuam a ser celebrados protocolos de colaboração com os Hospitais envolvidos na realização dos projetos. Para estes projetos, após receção e análise dos documentos pela SECVS e emissão do correspondente Parecer, os processos são remetidos pela SECVS às respetivas Comissões de Ética Hospitalares para emissão de Parecer pelas mesmas. Atualmente são três os Hospitais com os quais foram celebrados protocolos desta natureza: o Hospital de Braga, o Hospital de Guimarães e o Hospital de Viana do Castelo. No âmbito destes protocolos de colaboração, a SECVS e cada uma das respetivas Comissões Hospitalares, assumiram o compromisso que esta metodologia iria assegurar uma maior celeridade de resposta aos pedidos submetidos às Comissões Hospitalares o que, de facto, tem acontecido, com resultados muito positivos em termos de análise e celeridade de resposta.

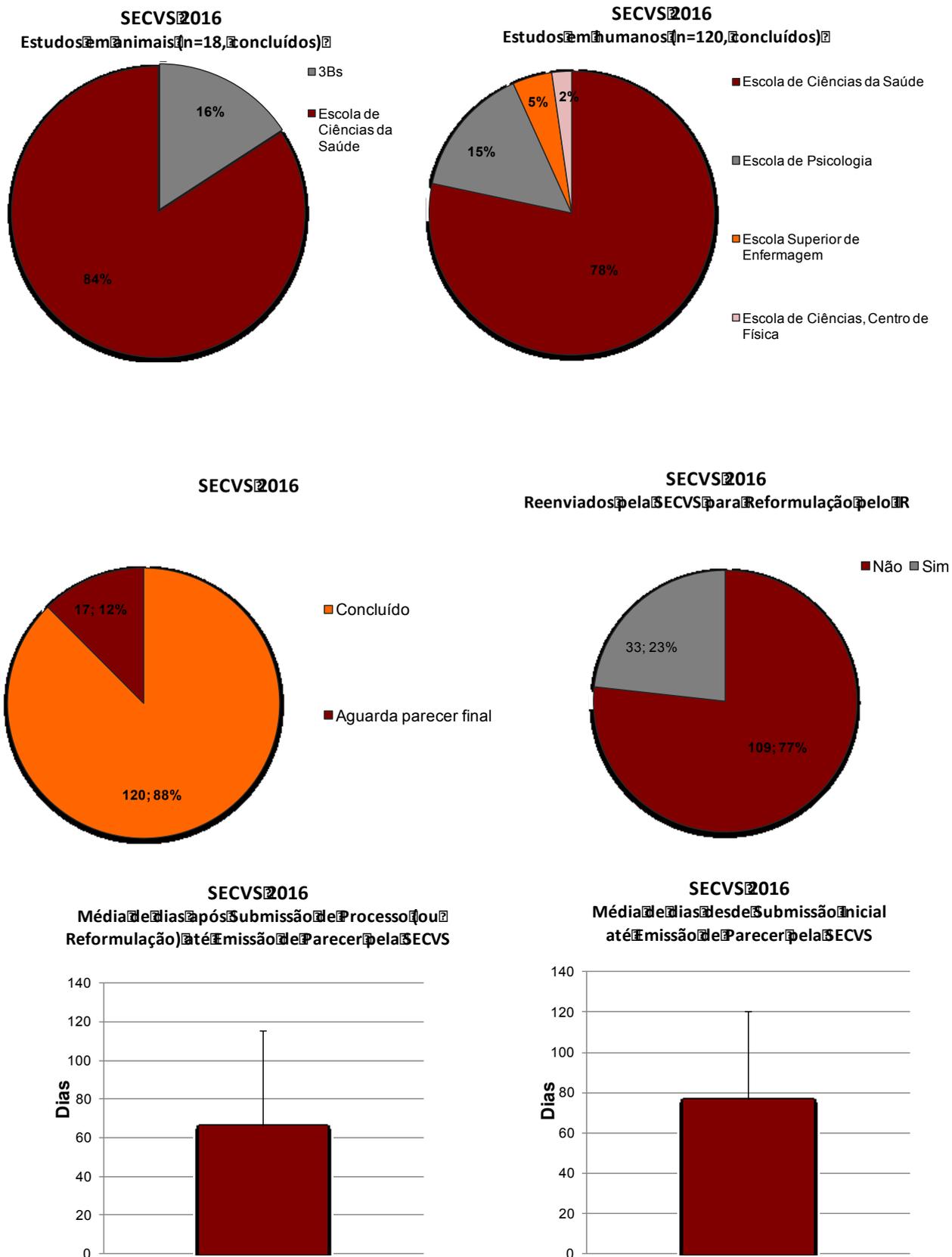


Figura I

B - Análise comparativa do número de projetos analisados (2016 vs anos anteriores)

De um modo sumário e considerando a globalidade, comparativamente com 2015, ocorreu:

- um ligeiro aumento (5%) no número de processos totais recebidos junto da SECVS (141 em 2015 vs. 148 em 2016);
- uma diminuição de 7% no número de projetos em estudos em humanos (133/141 em 2015 vs. 128/148 em 2016);
- um aumento de 7,9% do número de processos em experimentação animal (8/141 em 2015 vs. 20/148 em 2016).

A figura II mostra a evolução do n.º de processos submetidos a análise e posterior emissão de parecer junto da SECVS (101 em 2013 vs 172 em 2014 vs 142 em 2015 vs 148 em 2016).

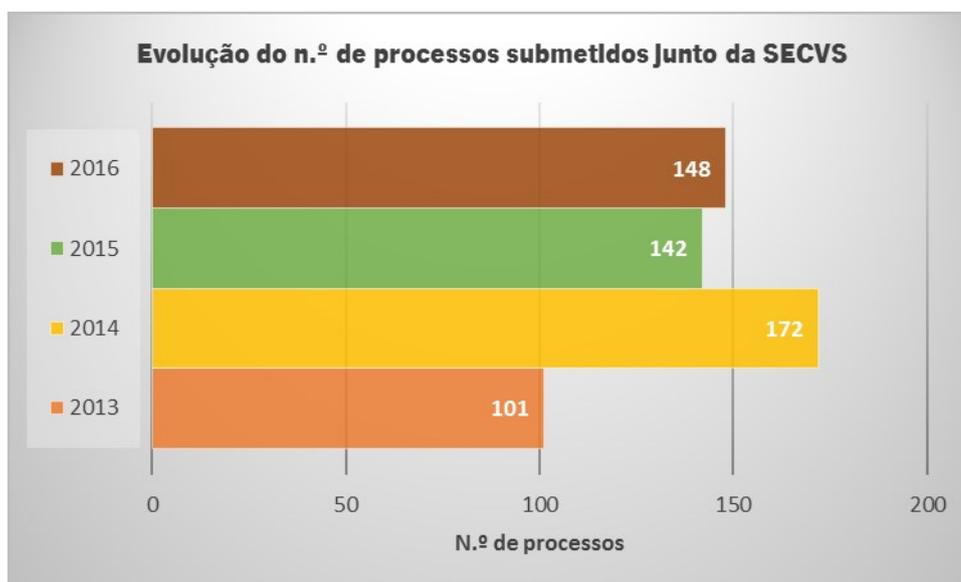


Figura II

4.1.2. Outras atividades

A - Atividades da SECVS na vertente de formação e treino na preparação de projetos para submissão a Comissões de Ética

Em termos de balanço de atividades da SECVS, salienta-se ainda o trabalho realizado na vertente de formação em boas práticas éticas, bem como no treino e aprendizagem de preparação de projetos para submissão a Comissões de Ética. Neste contexto a SECVS continuou a assegurar ações de formação a vários investigadores e

alunos de pré- e pós-graduação (1º, 2º e 3º ciclos), não só de medicina e ciências da saúde, como também a alunos de outros cursos de 3º ciclo, conforme a seguir se apresenta.

Alunos do Curso de Medicina:

- Duas sessões (três hora/por sessão) de formação no âmbito da Unidade Curricular de Domínios Verticais do Curso de Medicina: um *workshop* em estudos com humanos e uma sessão sobre “Investigação com modelos animais: questões éticas e legais”;

Alunos do Curso de Mestrado em Ciências da Saúde:

- Duas sessões (três hora/por sessão) subordinadas ao tem “Ética aplicada às ciências da vida e saúde”, que incluíram: (i) a apresentação e discussão do código de conduta académica da UMinho, (ii) a apresentação da CEUM e da SECVS e (iii) treino na preparação de projetos de investigação em humanos e em modelos animais para submissão a comissões de ética.

Alunos dos Cursos de Doutoramento em Microbiologia Ambiental e Aplicada e em Biologia Molecular e Ambiental:

- Sessão subordinada ao tema “Ethics in Health and Life Sciences: from education to research practice” (três horas).

B - Participação de membros da SECVS em Sociedades e reuniões Científicas

Participação de membros da SECVS:

- na Rede Nacional de Comissões de Ética (RedÉtica);
- na Sociedade Portuguesa de Ciência de Animais de Laboratório (SPCAL);
- na “Federation of Laboratory Animal Science Associations” (FELASA);
- no congresso organizado pela Comissão Europeia “Non-animal approaches – the way forward”.

4.2 – Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH)

A SECSH tem como incumbência assegurar e zelar pela promoção de padrões de ética por forma a proteger e garantir a integridade, a dignidade, a honestidade e a qualidade ética nas atividades de experimentação e investigação em ciências sociais e humanas que decorrem nas unidades de investigação que integram a Universidade do Minho. Em termos de balanço dos projetos analisados, em 2016 foram submetidos junto da SECSH um total de 67 processos. Os projetos apresentados foram maioritariamente oriundos da Escola de Psicologia (52), sendo os restantes oriundos do Instituto de Educação (14) e do Centro de Computação Gráfica (1). (Figura III)

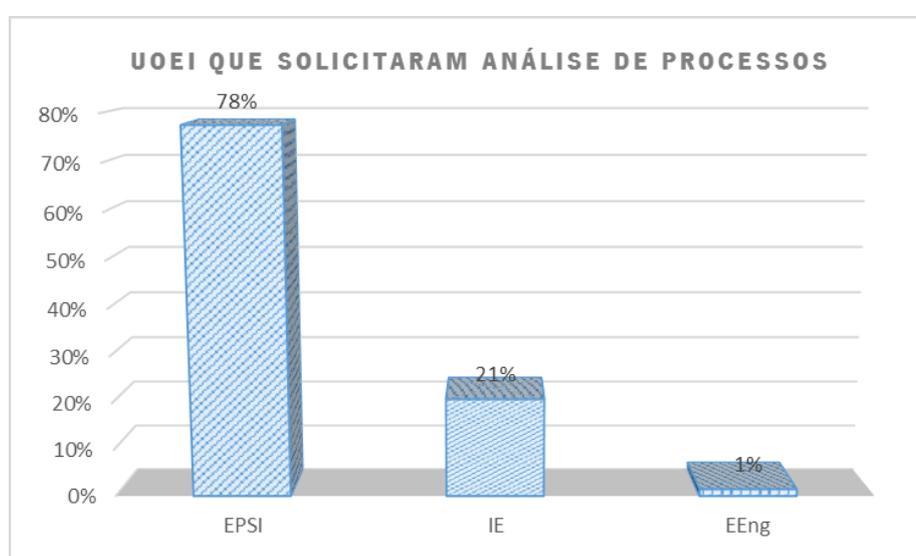


Figura III

No final de 2016 o estado dos processos é o que se detalha e representa na figura IV:

- 51 dos 67 processos, submetidos em 2016, encontram-se concluídos, tendo sido emitido parecer;
- 11 dos 67 dos processos requereram reformulação pelo Investigador Responsável e aguarda-se o reenvio da documentação reformulada;
- 2 projetos foram reencaminhados para a SECVS por se enquadrarem melhor no âmbito das atividades desta comissão (a SECVS abdica de deliberação relativamente a um e aguarda o envio de documentação adicional em falta no processo relativamente ao outro);
- 1 projeto foi reencaminhado para a Instituição onde decorrerá o estudo e onde irá ser formada a amostra (Espanha);
- 1 projeto não foi objeto de parecer porque o estudo já terminou;
- 1 projeto não foi objeto de parecer por estar integrado em estudo mais abrangente – já aprovado pela SECSH.

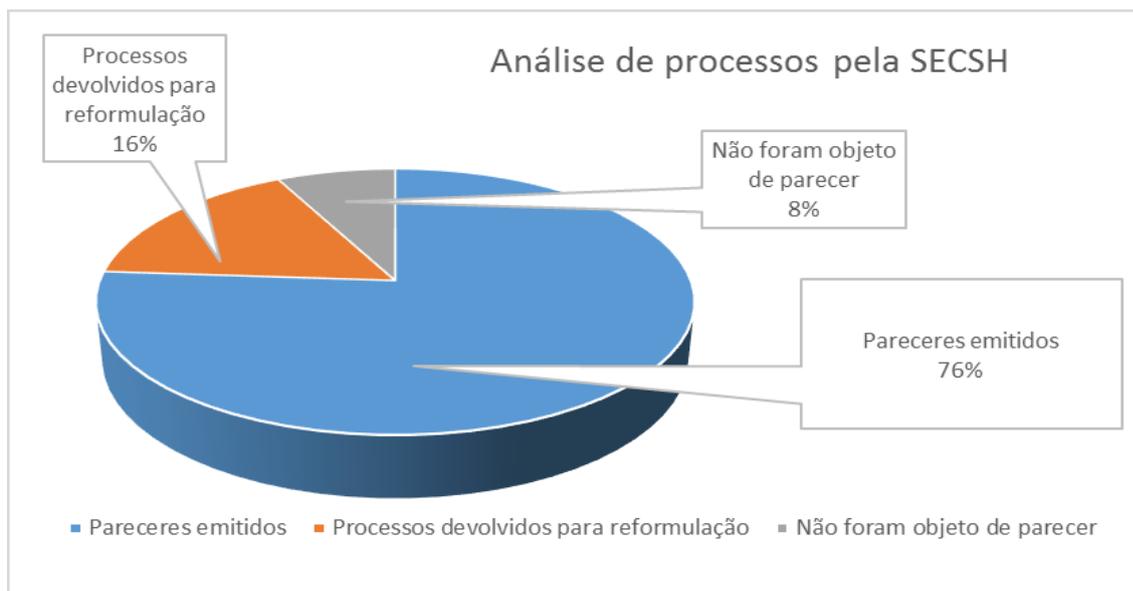


Figura II

Figura IV

A média de dias de resposta pela SECSH, após a última reformulação até à emissão de parecer foi de 5 dias.

De um modo sumário, no ano de 2016 o número de processos recebidos junto da SECSH continuou a aumentar (13 em 2014 vs 40 em 2015 vs 67 em 2016). (Figura V)

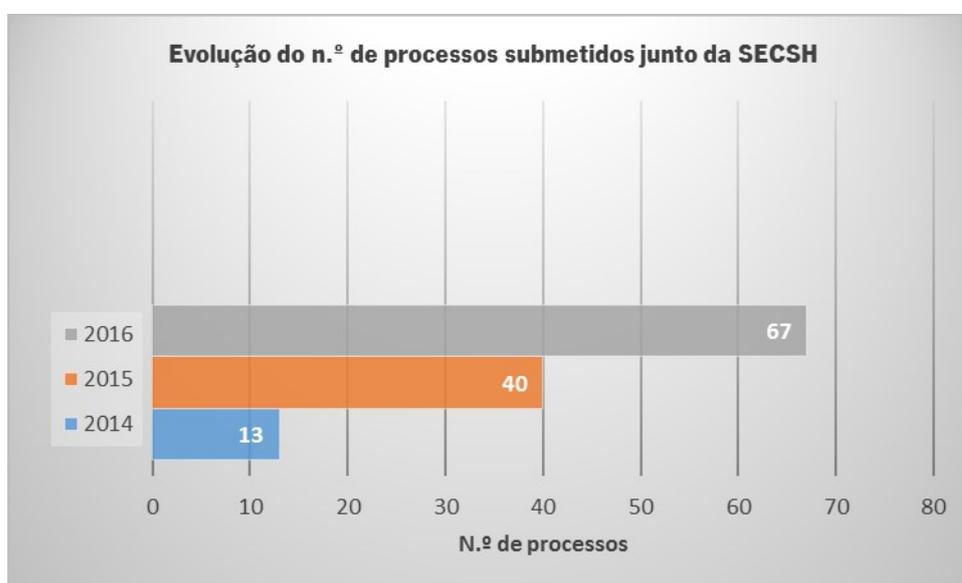


Figura V

5 - Anexos

Anexo I - Fórum de Ética UMinho 2016



Universidade do Minho

Reitoria/Comissão de Ética

Fórum de Ética UMinho 2016

Liberdade académica e responsabilidade ética no ensino e investigação

Data/hora: 12 de outubro de 2016, 14:00 horas

Local: Complexo Pedagógico II, Auditório B2, UMinho, Campus de Guadaxar

Organização: Comissão de Ética da UMinho (CEUM) com o apoio da Reitoria

Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS)

Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH)

A quem se destina: a todos os membros da comunidade académica - estudantes, docentes/investigadores, pessoal não docente e convidados

Programa

- 14:00 **ABERTURA**
Reitor da Universidade do Minho
- 14:30 **PAINEL I : LIBERDADE E INTEGRIDADE ACADÉMICA NO ENSINO E INVESTIGAÇÃO**
- TEMAS**
Responsabilidade ética do professor universitário
L. Chainho Pereira, Presidente da Comissão de Ética e Professor Emérito da Universidade do Minho
Ética e integridade científica: a encruzilhada entre a liberdade e a responsabilidade
Ana Sofia Carvalho, Diretora do Instituto de Bioética da Universidade Católica Portuguesa - Porto
- 15:45 **Discussão e debate**
Moderadores: José Manuel Mendes (SECSH) e Jorge Pedrosa (SECVS)
- 16:10 **PAINEL II - ÉTICA APLICADA ÀS "CIÊNCIAS DA VIDA E DA SAÚDE" E ÀS "CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS"**
- TEMAS**
Missão e Funcionamento da Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde e da Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas
Cecília Leão (SECVS) e Paulo Machado (SECSH)
Pareceres éticos de projetos de investigação em Ciências da Vida e da Saúde
Nadine Santos e Magda Castelhana-Carlos (SECVS)
Pareceres éticos de projetos de investigação em Ciências Sociais e Humanas
Paulo Machado (SECSH)
- 17:00 **Discussão e debate**
Moderadores: António Sousa Miranda (CEUM) e Laurinda Leite (SECSH)
- 18:00 **Sessão de encerramento**

Anexo II - Relato do Fórum de Ética UMinho 2016

O Fórum de Ética UMINHO 2016 dedicado à temática *Liberdade académica e responsabilidade ética no ensino e investigação* decorreu no passado dia 12 de outubro, entre as 14 horas e as 18 horas, no auditório B2 da Universidade do Minho, no Campus de Gualtar. Inserido no âmbito das atividades desenvolvidas pela Comissão de Ética da Universidade do Minho (CEUM) com o apoio da Reitoria, este evento teve como preocupação central promover a análise, reflexão e debate na comunidade académica sobre o papel da ética na academia, com especial enfoque na harmonização da liberdade académica com a responsabilidade ética no ensino, investigação científica e outras atividades desenvolvidas na universidade e ainda esclarecer os interessados relativamente ao funcionamento e missão das Subcomissões de Ética da CEUM: Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS) e Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH) – em especial no que se refere aos procedimentos a seguir pelos investigadores com vista à obtenção de pareceres éticos na formulação de projetos e/ou de propostas de candidatura a financiamento de projetos de investigação.

Na sessão de abertura, a Prof^a. Graciete Dias, Vice-Reitora da Universidade do Minho com a área da Qualidade e Avaliação, deu as boas-vindas aos participantes do fórum e reiterou o compromisso da Universidade do Minho com a ética como marca identitária determinante na prossecução das diferentes vertentes da sua missão, bem como a importância da comunidade académica assumir um compromisso com a ética. Em seguida, congratulou-se com realização da 3^a edição do Fórum de Ética e fez um enquadramento dos principais desenvolvimentos nesta matéria nos últimos anos, a saber: i) a criação da CEUM (em setembro 2011), com vista à consolidação de princípios éticos no desenvolvimento de todas as atividades da instituição; ii) a elaboração do Código de Conduta Ética e a sua importância para o estabelecimento de um conjunto de valores e normas éticas subjacentes à missão da Universidade; iii) a criação da Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS), em julho de 2012; iv) a criação da Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH), em julho de 2014. Para além disso, apontou o espaço dedicado à Ética (disponível em Português e em Inglês), no portal online da UMinho onde é possível aceder a informações diversas sobre a CEUM e as respetivas subcomissões.

A primeira palestra, subordinada ao tema “*Responsabilidade ética do professor universitário*”, teve como orador o Prof. Licínio Chainho Pereira, Presidente da CEUM, que abordou a questão ética na relação docente-discente, focando em especial os seguintes aspetos: (i) Liberdade académica: limites e enquadramento; (ii) o professor-docente: dimensão ética do ensino-aprendizagem.

Começou por referir que a liberdade académica do professor universitário, que lhe permite ensinar, investigar e publicar, com agendas flexíveis e sem pressões de natureza política, ideológica, religiosa ou filosófica, terá que assentar num forte compromisso ético-profissional compatível com essa liberdade. Relativamente ao ponto da dimensão ética no ensino-aprendizagem sublinhou as qualidades inerentes à competência científico-pedagógica e realçou as boas práticas docentes na sala de aula e no apoio individual aos estudantes, nomeadamente a pontualidade, assiduidade, disponibilidade, respeito pelos regulamentos e regras e pelos prazos fixados para os momentos de avaliação. Sintetizou, de seguida, as boas práticas inerentes à “construção” e realização de exames, ou outras provas de avaliação, bem como ao processo classificativo, em especial a necessária adequação representativa e clareza dos enunciados. Acentuou o enfoque na responsabilidade ética do professor em assegurar a *autenticidade dos exames*, com a deteção e prevenção de ilícitos graves nas provas de avaliação – copianço, plágio, conluio e *falsificação de resultados* - bem como as boas práticas na dimensão do processo classificativo – *justiça, equidade, isenção, imparcialidade, transparência e celeridade*.

No tema da relação docente-discente, mencionou ilícitos éticos potenciais, tais como o abuso de autoridade do docente ou a quebra de equidade em casos de conflito de interesses e/ou tratamento ou relação afetiva preferencial, que poderão minar a autoridade do docente.

Finalmente foi abordada a dimensão da *avaliação do ensino pelos discentes*, os seus limites e conseqüências e ainda a questão da *avaliação do ensino feita por pares*, com metodologias semelhantes à avaliação científica de propostas de publicações submetidas a jornais científicos, exemplificada com o caso concreto das universidades inglesas, ao longo dos seguintes parâmetros:

- *Avaliação das propostas de exame*

O professor da disciplina, PA propõe um enunciado de exame E1, que é revisto pelo professor PB do mesmo departamento, chegando-se a uma proposta interna E2. Esta proposta segue para o professor externo PE, por via protegida e confidencial. Após um processo de revisão externa com *interação* entre PE e PA, a proposta de enunciado final EF é aprovada, no início do semestre respetivo.

- *Avaliação da classificação final*

O professor PA classifica os exames dos seus alunos, a que se segue uma revisão do processo pelo professor interno PB, obtendo-se, em diálogo, a nota inicial provisória Ni. É enviada uma amostra representativa dos exames Ni ao professor externo PE, Este revê as classificações da amostra recebida e entra num processo de interação com PA, chegando a uma nota final Nf, para cada caso. Seguir-se-á provavelmente algum trabalho de reclassificação de todos os exames, por PA, face às notas finais Nf da amostra.

O orador concluiu que o processo de avaliação do ensino feita por pares e, em particular, a avaliação externa dos exames tende a melhorar a autenticidade do processo classificativo e reforçar a responsabilidade ética do professor a nível da justiça, imparcialidade e transparência da classificação dos alunos.

A segunda palestra intitulada “*Ética e integridade científica: a encruzilhada entre a liberdade e a responsabilidade*”, foi proferida pela Prof.^a Ana Sofia Carvalho, Diretora do Instituto de Bioética da Universidade

Católica Portuguesa – Porto, e foi direcionada para a decisão ética na vertente da investigação. Para enquadrar a temática, a Prof.^a Ana Sofia, começou por abordar várias questões: a inexistência de políticas de integridade científica em Portugal; o Código Europeu de Integridade Científica – atualmente em discussão; as obrigações do Programa H2020; os aspetos contraditórios como o racionamento no Sistema Nacional de Saúde vs a total liberdade na ciência/investigação; o conflito entre a verdade da ciência (enquanto princípio ético) vs a necessidade de sobrevivência dos investigadores. Além disso, reflete sobre os impactos da importação da lógica de *accountability* para a ciência, destacando em particular o excessivo enfoque nas questões do impacto científico da investigação em detrimento do seu impacto social (aquilo que não é contabilizado, mas que tem valor para a sociedade). A este propósito, a Prof.^a Ana Sofia alerta para as consequências que esta lógica de produção científica baseada em fatores *inputs* pode ter na publicação dos resultados negativos das investigações, enquanto mecanismo de alerta importante para evitar replicações da mesma investigação na comunidade científica. Termina apresentando dados concretos acerca do número de investigações que apresentam resultados falsificados/fabricados (5 em 100 investigações) e apontou a necessidade de criação de uma estrutura externa às Instituições de Ensino Superior, com autoridade para aplicar sanções, de forma equitativa, às investigações que não cumpram as diretrizes éticas nacionais e internacionais.

No final da I parte, foi aberto um espaço de discussão e debate, moderado pelos Professores José Manuel Mendes (SECSH) e Jorge Pedrosa (SECVS), em que os participantes no fórum teceram comentários e colocaram questões relacionadas com as apresentações realizadas pelo Prof. Licínio Chainho Pereira e pela Prof.^a Ana Sofia Carvalho.

A segunda parte do fórum intitulada *Ética aplicada às “ciências da vida e da saúde” e às “ciências sociais e humanas”* incidiu sobre a missão e funcionamento das duas submissões de ética, criadas no âmbito da CEUM. A primeira intervenção esteve a cargo da Presidente da Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS), Prof.^a Cecília Leão, que frisou a importância da formação ética na investigação e na questão das (co)autorias durante a pós-graduação; dos códigos deontológicos que, apesar de não estarem vertidos na lei, transvazam os valores, normas e regras a aplicar na investigação; da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que proclama como ideal comum que cada indivíduo e cada órgão da sociedade se deve esforçar, através do ensino e da educação, por promover o respeito pelos direitos e pela liberdade e pela adoção de medidas progressivas de carácter nacional e internacional, para assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição; e da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (2005) que trouxe uma valiosa contribuição ao âmbito das pesquisas científicas e tecnológicas, reafirmando que embora devam gozar de liberdade criativa, as pesquisas devem ser orientadas por princípios éticos que respeitem claramente a dignidade humana, os direitos humanos e as liberdades fundamentais, dispensando especial atenção aos

vulneráveis. No final da sua intervenção a Prof.^a Cecília Leão cedeu a palavra à investigadora Doutora Nadine Santos e à Doutora Magda Castelhana-Carlos que expuseram a informação disponível no Portal da UMinho referente à submissão de processos à SECVS para posterior emissão de parecer. Além disso, também chamaram a atenção para a importância do cumprimento dos requisitos exigidos em termos de boas práticas na experimentação com humanos e/ou animais na submissão de processos a apreciar pela Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde. Terminaram a apresentação mencionando o número total de projetos analisados no último ano.

Seguiu-se a intervenção do Presidente da Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH), Prof. Paulo Machado, que salientou a evolução positiva no número de processos submetidos à aprovação da SECSH; a divisão não rígida dos processos submetidos junto de qualquer uma das Subcomissões – que solicitam parecer complementar à outra subcomissão quando um qualquer aspeto da investigação foge às metodologias usuais da área em que os procedimentos da investigação foram submetidos a apreço; e a importância do “Formulário de identificação e caracterização do projeto” (disponível no Portal da UMinho) enquanto facilitador na análise dos processos submetidos à SECSH para análise.

No final desta II parte, abriu-se novo espaço de discussão e debate, moderado pelos Professores António Sousa Miranda (CEUM) e Laurinda Leite (SECSH), centrado em aspetos práticos relacionados com a ética na investigação e os critérios de submissão de projetos às subcomissões de ética. Foram colocadas algumas questões aos membros das diferentes subcomissões, entre as quais destacamos a que se foca na duplicação do número de formulários a preencher face ao elevado número de entidades envolvidas na apreciação ética durante o decurso de uma investigação. Em resposta a esta questão, a SECVS refere os Protocolos assumidos entre a Escola de Ciências da Saúde e os Hospitais com protocolos com a Escola, e o facto de se terem harmonizado formulários com o intuito de diminuir o número de formulários a submeter junto das instituições/entidades envolvidas no decorrer das investigações, com vista a criar percursos facilitadores na tramitação dos processos entre as instituições, como exemplo de boas práticas; Foram ainda aduzidas algumas contribuições pelos participantes, destacando-se as seguintes: Excesso de informação solicitada aquando da submissão às Subcomissões de Ética, nomeadamente sobre as suas fontes de financiamento e o cronograma de atividades; Necessidade das Instituições de Ensino Superior (IES) definirem o lugar da ética na investigação e da harmonização entre as IES para a criação de um formulário a nível nacional; Necessidade de criação pela FCT de uma *check-list*, através da qual se proceda à uniformização dos processos, baseada nas solicitações do H2020; A necessidade de introdução de módulos nas Unidades Curriculares dos mestrados e doutoramentos que contribuam para a formação dos investigadores na componente ética; A criação de cursos avançados abertos a participantes externos que promovam a formação ética.

Para terminar as considerações finais o Prof. Jorge Pedrosa salienta a importância dos pareceres éticos emitidos pela SECVS no apoio à investigação e ao desenvolvimento dos trabalhos académicos, bem como a necessidade de reconhecimento do trabalho dos membros da CEUM/SECVS e SECSH.

No final da sessão a Prof. Cecília Leão agradeceu, em nome de todos os membros da CEUM/SECVS/SECSH, a presença da VRT Prof. Graciete Dias e dos restantes presentes.

Anexo VI - Relatório de Atividades: ano de 2017



Universidade do Minho

CEUM

Relatório de Atividades: Ano de 2017

Índice

1 – Introdução	83
2 - Mandatos da CEUM, da SECVS e da SECSH.....	83
3 - Posição da CEUM na audição pública dos Novos Estatutos da UMinho	85
4 - Atividades de informação, debate e reflexão crítica e temas de ética da academia.....	87
5 - Atividades das Subcomissões de Ética e pareceres emitidos.....	87
5.1 – Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS).....	87
5.2 – Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH)	91
6 - Anexos.....	94
Anexo I – Programa do Fórum de Ética UMinho 2017	95
Anexo II - Relatório do Fórum de Ética UMinho 2017	96

1 – Introdução

O presente relatório é elaborado em conformidade com o número 2.2.6 das normas orientadoras da Comissão de Ética da Universidade do Minho (CEUM), anexas ao Despacho RT-51-2011 de 7 de setembro.

No relatório atualiza-se a composição da Comissão de Ética (CEUM), da Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS) e da Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECHS).

A CEUM repartiu a sua ação por duas componentes essenciais: a avaliação ética de projetos/propostas de investigação - predominantemente a cargo das suas Subcomissões de Ética – e o desenvolvimento de atividades de sensibilização para as boas práticas de conduta ética, de informação e de prevenção da fraude académica.

Assim, no presente relatório, são focadas as ações de sensibilização, divulgação e informação levadas a cabo pela CEUM em 2017, tendo como destinatários grupos específicos de investigação e a comunidade académica da UMinho, em geral.

As atividades prosseguidas pela SECVS e pela SECSH são devidamente caracterizadas, em especial no que se refere ao volume e aos resultados dos pedidos de pareceres de avaliação ética de projetos, no âmbito das respetivas Subcomissões.

2 - Mandatos da CEUM, da SECVS e da SECSH

A Comissão de Ética (CEUM) foi nomeada para novo mandato pelo Despacho RT-08/2014, de 18 de fevereiro, em conformidade com o nº 2.1.4 das Normas Orientadoras da Comissão de Ética da Universidade do Minho. Posteriormente, através do Despacho RT-08/2017, de 26 de janeiro, procedeu-se à nomeação, como membro desta Comissão, da Doutora Maria Helena Costa Carvalho Sousa, Professora Catedrática da Universidade do Minho. Nestes termos encontram-se nomeados e integram a CEUM os seguintes membros em funções:

Licínio Chainho Pereira, Professor Catedrático Aposentado da UMinho (Presidente)

Guilherme Frederico Dias Pereira da Fonseca, Juiz Conselheiro Jubilado

Maria Cecília de Lemos Pinto Estrela Leão, Professora Catedrática da UMinho (Vice-Presidente)

António Augusto Sousa Miranda, Professor Catedrático Aposentado da UMinho

Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, Professor Catedrático da UMinho

Laurinda Sousa Ferreira Leite, Professora Catedrática da UMinho

Maria Helena Costa Carvalho Sousa, Professora Catedrática da UMinho

António Sousa de Azevedo, Técnico Superior da UMinho

Helena Rita Gonçalves Marinho Moreira, Estudante de Doutoramento da UMinho

Isabel Maria Vilalva Patrocínio Monteiro, Estudante de Mestrado da UMinho

Também a Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS) foi objeto de nomeação para novo mandato, tendo sido eleita por unanimidade como presidente desta Subcomissão a Prof.^a Maria Cecília Leão na reunião da CEUM de 7 de abril de 2014. Na mesma reunião a Prof.^a Cecília Leão propôs a lista nominativa dos membros da Subcomissão, tendo a sua proposta sido aprovada por unanimidade e objeto de nomeação reitoral pelo Despacho RT- 19/2014, de 21 de abril.

A composição atual da SECVS é a seguinte:

Maria Cecília de Lemos Pinto Estrela Leão, Professora Catedrática da UMinho (Presidente)

Guilherme Frederico Dias Pereira da Fonseca, Juiz Conselheiro Jubilado

Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, Professor Catedrático da UMinho

Mikhail Igorevich Vasilevskiy, Professor Catedrático da UMinho

Jorge Manuel Rolo Pedrosa, Professor Catedrático da UMinho

Nuno João Meleiro Alves Neves, Professor Auxiliar da UMinho

Magda João Castelhana Carlos, Técnica Superior da UMinho

Nadine Correia Santos, Investigadora Doutorada da UMinho

Também a Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH) foi oportunamente objeto de nomeação, tendo sido eleito por unanimidade como presidente desta Subcomissão o Prof. Paulo Machado na reunião da CEUM de 7 de julho de 2014. Na mesma reunião o Prof. Paulo Machado propôs a lista nominativa dos membros da Subcomissão, tendo a sua proposta sido aprovada por unanimidade e objeto de nomeação reitoral pelo Despacho RT- 40/2014, de 25 de julho. Posteriormente, através do Despacho RT-09/2017, de 26 de janeiro, procedeu-se à nomeação, como membro desta Subcomissão, da Doutora Maria Helena Costa Carvalho Sousa.

A composição atual da SECSH é a seguinte:

Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, Professor Catedrático da UMinho (Presidente)

Laurinda Sousa Ferreira Leite, Professora Catedrática da UMinho

Maria Helena Costa Carvalho Sousa, Professora Catedrática da UMinho

José Manuel Melo Antunes Mendes, Professor Auxiliar Convidado da UMinho

Ana Raquel Marcelino Mesquita, Investigadora Auxiliar da UMinho

Helena Rita Gonçalves Marinho Moreira, Estudante de Doutoramento da UMinho

3 - Posição da CEUM na audição pública dos Novos Estatutos da UMinho

A este propósito a CEUM manifestou o seu ponto de vista sobre o articulado previsto na revisão dos Estatutos no tema de ética, enviando um pequeno memorando ao Sr. Presidente do Conselho Geral e que aqui se transcreve:

Exmo. Senhor Presidente do Conselho Geral

Universidade do Minho

Dr. Laborinho Lúcio

Em primeiro lugar gostaríamos de saudar o Conselho Geral da Universidade do Minho pela criação, em sede de revisão dos Estatutos, de um Conselho de Ética.

Seguidamente e em resposta ao convite à apresentação de sugestões relativas ao projeto de revisão do Estatutos da Universidade do Minho, os três professores abaixo assinados, a título individual, mas baseados na sua experiência de trabalho no contexto da Comissão de Ética da UMinho, gostariam de apresentar uma proposta de alteração ao texto referente à criação do Conselho de Ética (subsecção V).

As alterações propostas, visam como se poderá verificar seguidamente:

- 1) Introduzir um artigo de definição do Conselho de Ética, nos termos que constam no preâmbulo dos estatutos, tal como acontece no articulado referente aos demais conselhos (e.g., Conselho Cultural, Conselho de Presidentes de Unidades Orgânicas)
- 2) Reformular o articulado referente às competências deixando-o mais próximo das competências gerais deste conselho e introduzir uma referência específica à emissão de pareceres éticos relativos aos projetos de investigação.
- 3) Prever a criação de Comissões de Ética para a Investigação, especializadas, que seriam responsáveis pela emissão dos pareceres referidos no número anterior.

.....

TEXTO PROPOSTO

Subsecção V
Conselho de Ética
Artigo 70.º
(Definição)

O Conselho de Ética é o órgão de consulta da Universidade de apoio à conceção e acompanhamento de políticas e ações de salvaguarda dos princípios éticos e deontológicos nas áreas da investigação científica, do ensino, da interação com a sociedade e do funcionamento geral da universidade

Artigo 71.º

(Competências)

1. Compete ao Conselho de Ética pronunciar-se sobre questões éticas que lhe sejam colocadas pelo Conselho Geral e pelo Reitor, bem como, propor códigos, diretrizes, recomendações, pareceres e ações de reflexão e debate, nas áreas da investigação científica, do ensino, da interação com a sociedade e do funcionamento geral da Universidade.
2. Compete ainda, ao Conselho de Ética, através das Comissões de Ética para a Investigação previstas no seu funcionamento, emitir pareceres sobre projetos de investigação envolvendo sujeitos humanos, animais ou material biológico de origem humana ou animal, assegurando, designadamente, o respeito pelo consentimento informado, a proteção da privacidade e dos dados pessoais, a aplicação dos códigos deontológicos profissionais e aplicação das declarações e diretrizes nacionais e internacionais sobre ética e bioética.

Artigo 72.º

(Composição)

1. O Conselho de Ética tem a seguinte composição:

- a) uma personalidade designada pelo Conselho Geral, que preside;
- b) quatro professores e/ou investigadores da Universidade;
- c) dois estudantes de ciclos de estudos conducentes ao grau de mestre ou doutor;
- d) um trabalhador não docente e não investigador;
- e) até quatro personalidades externas à Universidade.

2. Os membros referidos nas alíneas b), c), d) e e) do número anterior são designados pelo Conselho Geral, sob proposta do Reitor.

Artigo 73.º

(Funcionamento)

O Funcionamento do Conselho de Ética, nomeadamente no que diz respeito à sua organização em Comissões de Ética para a Investigação, ou outras comissões especializadas, é fixado em regulamento próprio.

.....

Esperamos com este contributo fornecer de uma achega ao importante trabalho levado a cabo pelo Conselho que vossa Ex^a exemplarmente dirige.

Com os melhores cumprimentos,
Braga, 27 de Fevereiro de 2017

Os signatários

Licínio Chainho Pereira, Professor Catedrático Aposentado da UMinho (Presidente da Comissão de Ética da UMinho)

Maria Cecília de Lemos Pinto Estrela Leão, Professora Catedrática da UMinho (Presidente da Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde - SECVS)

Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, Professor Catedrático da UMinho (Presidente da Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas - SECSH)

4 - Atividades de informação, debate e reflexão crítica e temas de ética da academia

A CEUM prosseguiu, à semelhança do que foi feito nos anos anteriores, com a realização de atividades de sensibilização dos estudantes e investigadores para a dimensão ética e boas práticas no ensino e investigação, de que se destacou a realização do Fórum de Ética a seguir relatado:

Fórum de Ética, UMinho 2017, realizado em 7 de julho no *campus* de Gualtar.

O Fórum, subordinado à temática *Ética no Campus: Cidadania e Dignidade Pessoal*, cujo programa se incorpora no *Anexo I*, teve como objetivo principal promover a análise, reflexão e debate com os docentes/investigadores, estudantes e pessoal não docente e não investigador da Universidade do Minho sobre o papel da ética nos *Campi*, com especial enfoque nas Estratégias de prevenção da violência nos *campi* universitários; nas Questões de dignidade humana em ambiente digital e na Dignidade, diversidade e tolerância nos *campi*. Em suma, em comportamentos (linguagem, gestos, atitudes e práticas) que ressalvem a responsabilidade ética de todos os membros da academia no dia-a-dia nos *campi*.

Neste Fórum, à semelhança do que aconteceu nas edições anteriores, foi ainda possível esclarecer os interessados relativamente ao funcionamento das Subcomissões de Ética da CEUM: Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS) e Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH) – em especial no que se refere aos procedimentos a seguir pelos investigadores com vista à obtenção de pareceres éticos na formulação de projetos e/ou de propostas de candidatura a financiamento da investigação.

O relatório síntese do Fórum, elaborado por um membro da CEUM (Isabel Monteiro), constitui o *Anexo II* deste documento.

5 - Atividades das Subcomissões de Ética e pareceres emitidos

5.1 – Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS)

5.1.1. Atividades na vertente de análise de projetos de investigação

A - Projetos submetidos à SECVS em 2017 para efeitos de emissão de Parecer (dados extraídos em novembro de 2017)

A SECVS, em concordância com a sua missão, reparte as suas atividades nas duas vertentes das suas competências: a investigação com humanos e a investigação com animais.

Conforme apresentado na figura I, em termos de balanço dos projetos analisados, em 2017 foram submetidos junto da SECVS, na componente de estudo com humanos e na componente de experimentação animal, um total

de 168 novos processos, dos quais 154 em estudos com humanos, 14 em experimentação animal. Os projetos, embora maioritariamente provenientes da Escola de Medicina (83% dos projetos recebidos), incluem projetos de diversas outras Escolas/Centros da UMinho (Escola de Psicologia; Escola Superior de Enfermagem; Escola de Engenharia; Escola de Ciências; 3B's e Associação Nacional de Estudantes de Medicina).

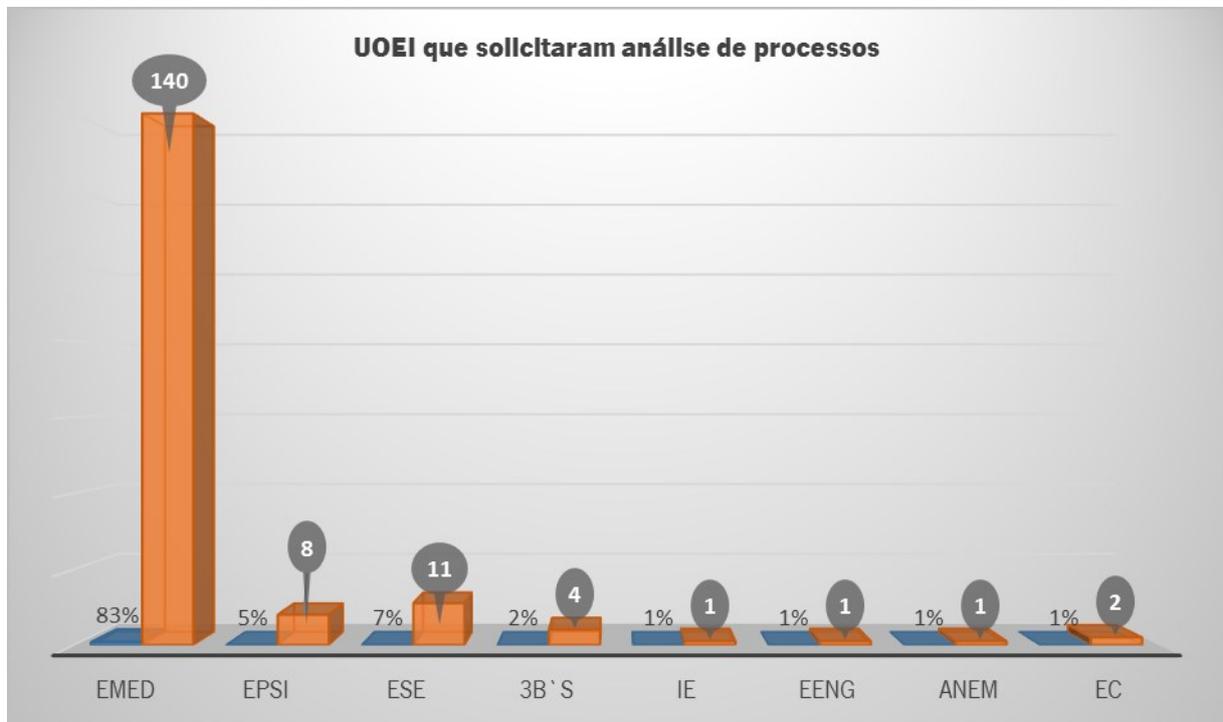


Figura I

- 82% (137) dos processos encontram-se concluídos, tendo sido emitido parecer;
- 8% (13) dos processos requereram reformulação pelo Investigador Responsável.

Dos processos submetidos, 140 reportavam-se a investigação clínica com humanos a serem realizados em Hospitais, o que obriga para a sua concretização, para além do parecer da SECVS, também à emissão de parecer da respetiva Comissão de Ética Hospitalar. Neste contexto e de modo a agilizar os processos de emissão de pedidos de parecer em tempo útil por parte da SECVS e das Comissões de Ética Hospitalares continuam a ser celebrados protocolos de colaboração com os Hospitais envolvidos na realização dos projetos. Para estes projetos, após receção e análise dos documentos pela SECVS e emissão do correspondente Parecer, os processos são remetidos pela SECVS às respetivas Comissões de Ética Hospitalares para emissão de Parecer pelas mesmas. Atualmente são três os Hospitais com os quais foram celebrados protocolos desta natureza: o Hospital de Braga, o Hospital de Guimarães e o Hospital de Viana do Castelo. No âmbito destes protocolos de colaboração, a SECVS e cada uma das respetivas Comissões Hospitalares, assumiram o compromisso que esta metodologia iria assegurar uma maior celeridade de resposta aos pedidos submetidos às Comissões

Hospitalares o que, de facto, tem acontecido, com resultados muito positivos em termos de análise e celeridade de resposta.

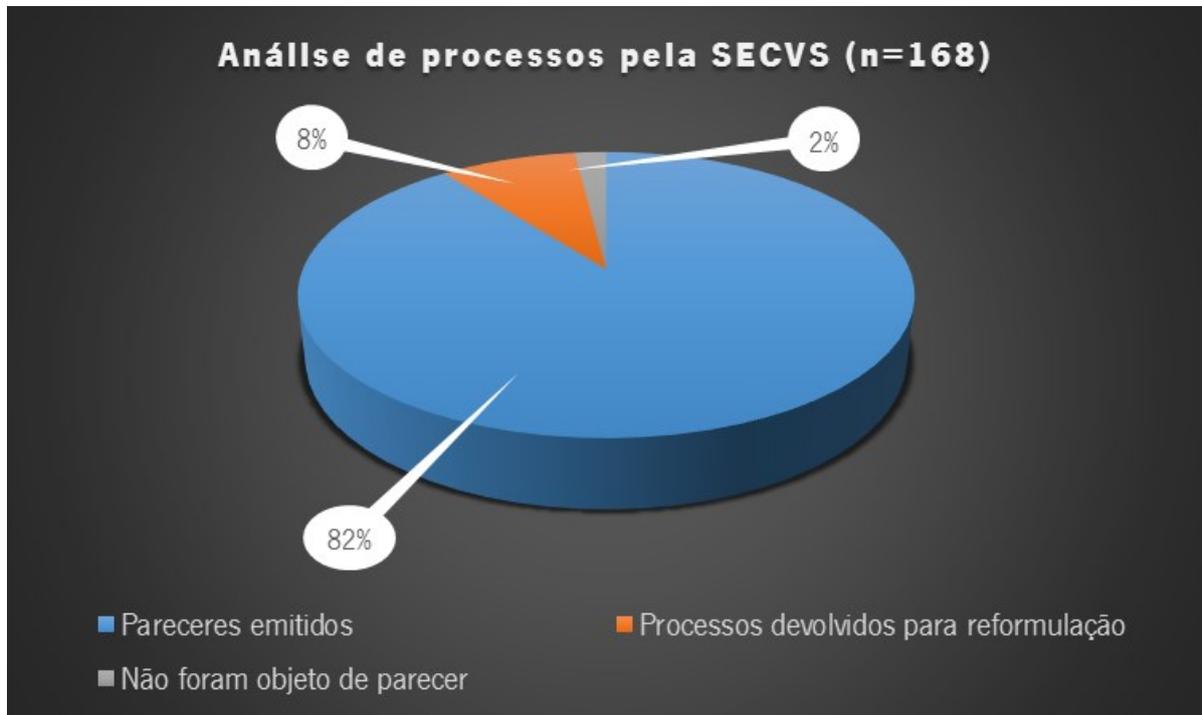


Figura II

B - Análise comparativa do número de projetos analisados (2017 vs anos anteriores)

De um modo sumário e considerando a globalidade, comparativamente com 2016, ocorreu:

- um aumento (13.5%) no número de processos totais recebidos junto da SECVS (148 em 2016 vs. 168 em 2017);
- um aumento do número de projetos em estudos em humanos (128/148 em 2016 vs. 154/168 em 2017);
- um aumento do número de processos em experimentação animal (12/148 em 2016 vs. 14/168 em 2017).

A figura III mostra a evolução do número de processos submetidos a análise e posterior emissão de parecer junto da SECVS (101 em 2013 vs 172 em 2014 vs 142 em 2015 vs 148 em 2016 vs 168 em 2017).

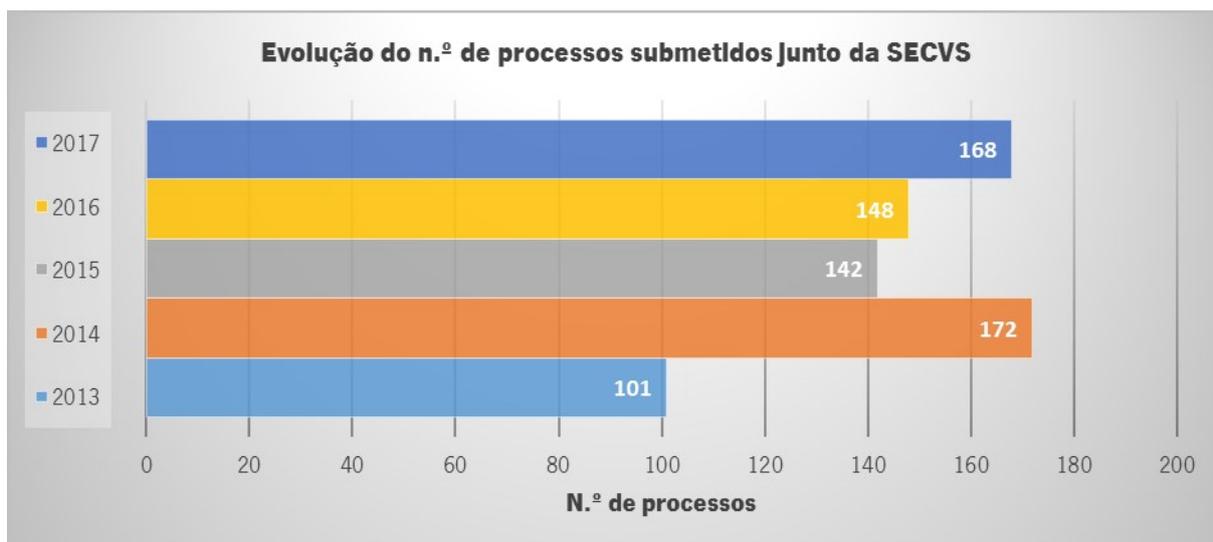


Figura III

5.1.2. Outras atividades

A - Atividades da SECVS na vertente de formação e treino na preparação de projetos para submissão a Comissões de Ética

Em termos de balanço de atividades da SECVS, salienta-se ainda o trabalho realizado na vertente de formação em boas práticas éticas, bem como no treino e aprendizagem de preparação de projetos para submissão a Comissões de Ética. Neste contexto a SECVS continuou a assegurar ações de formação a vários investigadores e alunos de pré- e pós-graduação (1º, 2º e 3º ciclos), não só de medicina e ciências da saúde, como também a alunos de outros cursos de 3º ciclo, conforme a seguir se apresenta.

Alunos do Curso de Medicina da Escola de Medicina da Universidade do Minho:

- Duas sessões (três hora/por sessão) de formação no âmbito da Unidade Curricular de Domínios Verticais do Curso de Medicina: um workshop em estudos com humanos e uma sessão sobre “Investigação com modelos animais: questões éticas e legais”.

Alunos do Curso de Mestrado em Ciências da Saúde da Escola de Medicina da Universidade do Minho:

- Duas sessões (três horas/por sessão) subordinadas ao tem “Ética aplicada às ciências da vida e saúde”, que incluíram: (i) a apresentação e discussão do código de conduta académica da UMinho, (ii) a apresentação da CEUM e da SECVS e (iii) treino na preparação de projetos de investigação em humanos e em modelos animais para submissão a comissões de ética.

Alunos do Curso de Mestrado em Direitos Humanos da Escola de Direito da Universidade do Minho:

- Duas sessões (duas horas/por sessão) subordinadas ao tema “Bioética em Ciência & Investigação”, nas vertentes (i) estudos experimentais com animais e (ii) estudos de investigação em humanos.

B - Participação de membros da SECVS em Sociedades e reuniões Científicas

Participação de membros da SECVS:

- na Rede Nacional de Comissões de Ética (RedÉtica);
- na Sociedade Portuguesa de Ciência de Animais de Laboratório (SPCAL);
- no conselho de administração da “*Federation of Laboratory Animal Science Associations*” (FELASA);
- na Academia de Ciências de Lisboa, no âmbito da iniciativa “IEAS - Adriano Moreira | Ética”, duas sessões: (i) “Ética e Experimentação Animal” e (ii) “Genoma, Direitos Humanos e Bioética”;
- no congresso anual da “*American Association for Laboratory Animal Science (68th AALAS meeting)*”,
- no simpósio nacional de ORBEA (Órgão de Bem-Estar Animal), coorganizado pela SPCAL, Fundação Champalimaud e FELASA.

5.2 – Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH)

A - Projetos submetidos à SECSH em 2017 para efeitos de emissão de Parecer (dados extraídos em novembro de 2017)

A SECSH tem como incumbência assegurar e zelar pela promoção de padrões de ética por forma a proteger e garantir a integridade, a dignidade, a honestidade e a qualidade ética nas atividades de experimentação e investigação em ciências sociais e humanas que decorrem nas unidades de investigação que integram a Universidade do Minho. Em termos de balanço dos projetos analisados, em 2017 foram submetidos junto da SECSH um total de 64 processos. Os projetos apresentados foram maioritariamente oriundos da Escola de Psicologia (51), sendo os restantes oriundos do Instituto de Educação (10), Escola de Engenharia (2) e Instituto de Ciências Sociais (1). (Figura IV)

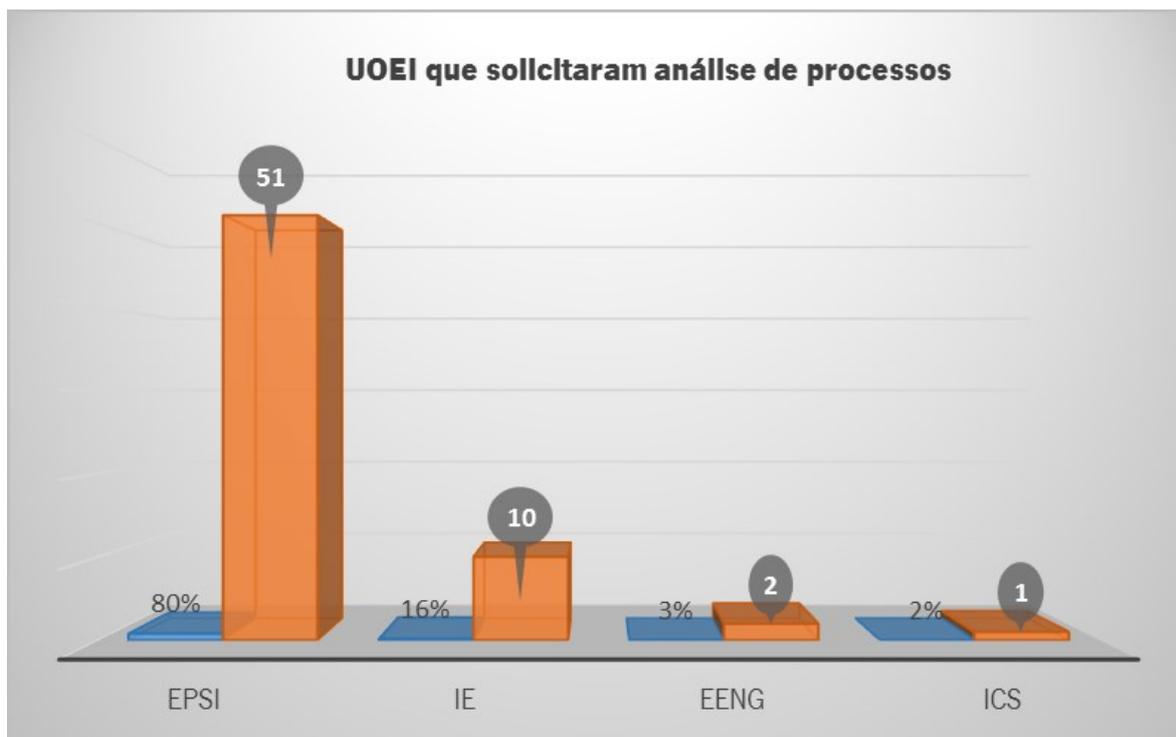


Figura IV

Em novembro de 2017 o estado de análise dos processos é o que se detalha e representa na figura V:

- 52% (33/64) dos processos encontram-se concluídos, tendo sido emitido parecer;
- 14% (9/64) dos processos requereram reformulação pelo Investigador Responsável e aguarda-se o reenvio da documentação reformulada;
- 2% (1) dos projetos foram reencaminhados para o país onde decorrerá o estudo (Alemanha);
- 5% (3) dos projetos não foram objeto de parecer porque se encontravam encerrados quando foram submetidos a análise.

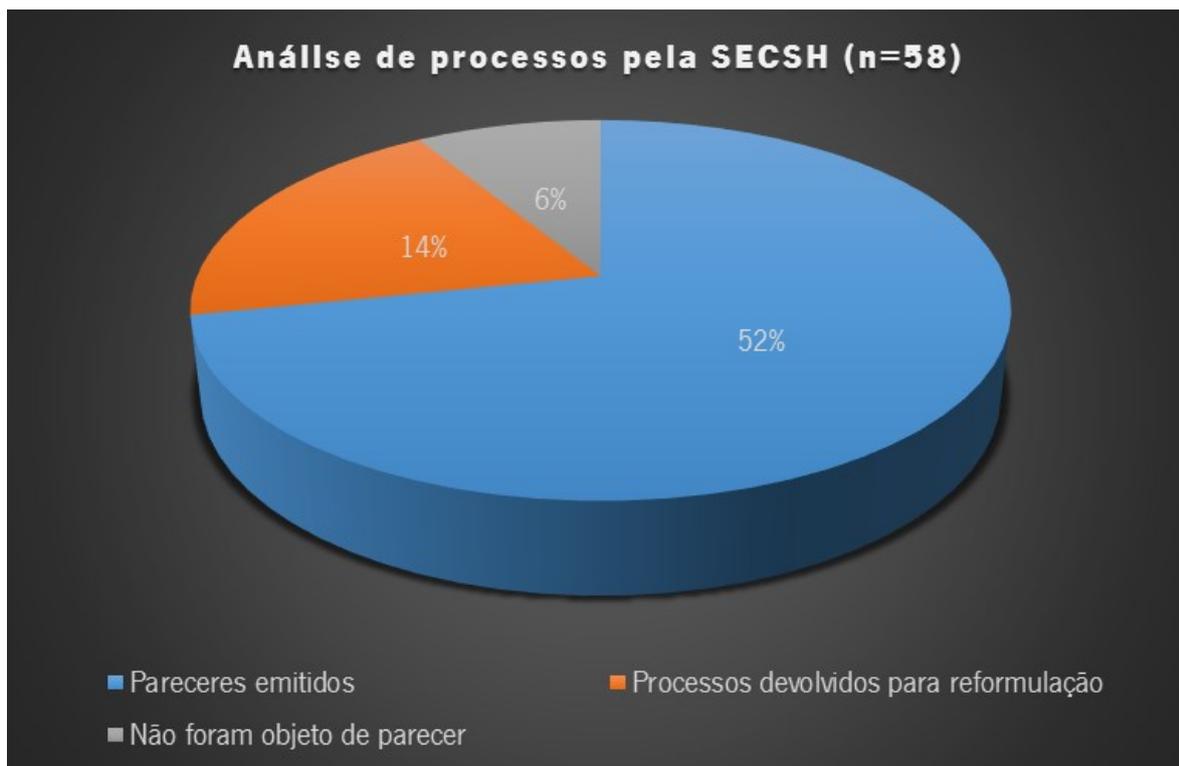


Figura V

B - Análise comparativa do número de projetos analisados (2017 vs anos anteriores)

A evolução no número de processos enviados à SECSH para análise e posterior emissão de parecer é a que se apresenta na Figura VI (13 em 2014 vs 40 em 2015 vs 67 em 2016 vs 64 em 2017).

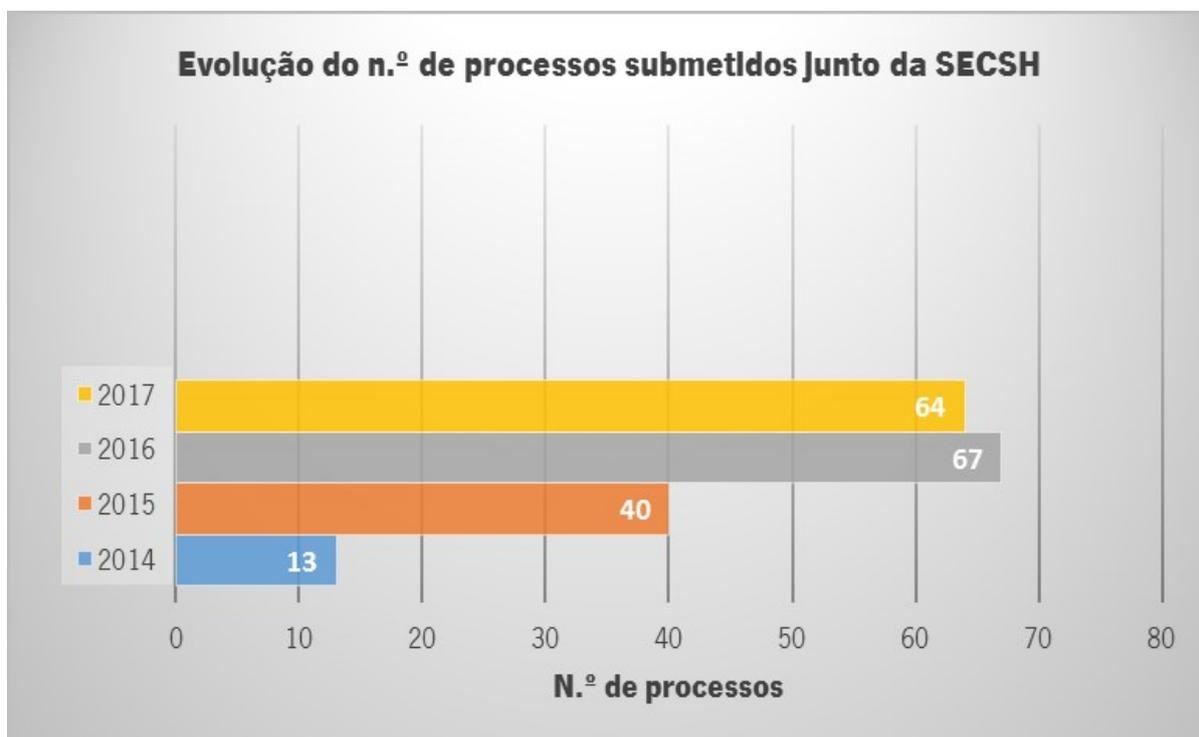


Figura VI

6 - Anexos

Anexo I – Programa do Fórum de Ética UMinho 2017



Universidade do Minho

Reitoria/Comissão de Ética

IV Fórum de Ética UMinho

7 de julho de 2017

Ética no *Campus*: Cidadania e Dignidade Pessoal

Programa

Data/hora: 7 de julho de 2017, 15:00 horas

Local: Complexo Pedagógico II, Auditório B2, Universidade do Minho (UMinho), Campus de Gualtar

Organização

- Comissão de Ética da UMinho (CEUM) com o apoio da Reitoria
- Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS)
- Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH)

Destinatários: todos os membros da comunidade académica - estudantes, docentes/investigadores, pessoal não docente e não investigador e convidados

15:00	ABERTURA António M. Cunha, Reitor da UMinho
15:15	Apresentação do tema L. Chaiho Pereira, Presidente da Comissão de Ética
15:30	Dignidade, diversidade e tolerância no Campus João Rosas, Instituto de Letras e Ciências Humanas da UMinho
15:45	Dignidade Humana e Comunicação: Paradoxos e desafios em ambiente digital Maria Helena Sousa, Instituto de Ciências Sociais da UMinho
16:00	Estratégias de prevenção da violência e <i>Bullfighting</i> Campus Maria Beatriz Pereira, Instituto de Educação da UMinho
16:15	Discussão e debate Moderadores Cecília Leão, Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde Paulo Machado, Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas Bruno Alcaide, Associação Académica da UMinho
17:15	ENCERRAMENTO Graciete Dias, Vice-Reitora da UMinho

Anexo II - Relato do Fórum de Ética UMinho 2017

O Fórum de Ética UMINHO 2017 dedicado à temática **Ética no Campus: Cidadania e Dignidade Pessoal** decorreu no passado dia 07 de julho, entre as 15 horas e as 17:30 horas, no auditório B2 da Universidade do Minho, no *Campus* de Gualtar. Inserido no âmbito das atividades desenvolvidas pela Comissão e Subcomissões de Ética da Universidade do Minho (CEUM/SECVS e SECSH), com o apoio da Reitoria. Este evento teve como preocupação central promover a análise, reflexão e debate com os docentes/investigadores, estudantes e pessoal não docente e não investigador da Universidade do Minho sobre o papel da ética nos *Campi*, com especial enfoque: i) nas Estratégias de prevenção da violência nos campi universitários; ii) nas Questões de dignidade humana em ambiente digital; iii) e na Dignidade, diversidade e tolerância no Campus. Em suma, em comportamentos (linguagem, gestos, atitudes e práticas) que ressalvem a responsabilidade ética de todos os membros da academia no dia-a-dia nos *campi*.

Neste Fórum, à semelhança do que aconteceu nas edições anteriores, foi ainda possível esclarecer os interessados relativamente ao funcionamento das Subcomissões de Ética da CEUM: Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS) e Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH) – em especial no que se refere aos procedimentos a seguir pelos investigadores com vista à obtenção de pareceres éticos na formulação de projetos e/ou de propostas de candidatura a financiamento da investigação.

Na sessão de abertura, a Prof^a. Graciete Dias, Vice-Reitora da Universidade do Minho com a área da Qualidade e Avaliação, deu as boas-vindas aos participantes do fórum e reiterou o compromisso da Universidade do Minho com a ética como marca identitária determinante na prossecução das diferentes vertentes da sua missão, bem como a importância da comunidade académica assumir um compromisso com a ética. Em seguida, congratulou-se com realização da 4.^a edição do Fórum de Ética e fez um enquadramento dos principais desenvolvimentos nesta matéria nos últimos anos, a saber: i) a criação da CEUM (em setembro 2011), com vista à consolidação de princípios éticos no desenvolvimento de todas as atividades da instituição; ii) a elaboração do Código de Conduta Ética e a sua importância para o estabelecimento de um conjunto de valores e normas éticas subjacentes à missão da Universidade; iii) a criação da Subcomissão de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde (SECVS), em julho de 2012; iv) a criação da Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH), em julho de 2014. Para além disso, apontou o espaço dedicado à Ética (disponível em Português e em Inglês), no portal *online* da UMinho onde é possível aceder a informações diversas sobre a CEUM e as respetivas subcomissões.

No final da sessão de acolhimento a VRT Prof.^a Graciete Dias agradeceu o trabalho realizado, ao longo dos últimos cinco anos, a todos os membros da CEUM/SECVS/SECSH e ao seu Presidente, Prof. Licínio Chainho Pereira, a quem cedeu a palavra. O Presidente da CEUM reiterou os agradecimentos formulados pela VRT Prof.^a Graciete Dias e enfatizou o empenho de todos os membros da CEUM/SECVS/SECSH. De seguida elencou as iniciativas desenvolvidas pela CEUM durante os últimos cinco anos e introduziu o tema proposta para o IV Fórum de Ética UMinho.

Neste Fórum pretendeu-se refletir e discutir transversalmente a toda a academia, a ética no campus, extravasando os espaços e as questões éticas já anteriormente analisadas no âmbito das atividades pedagógicas e de investigação. O enfoque foi posto na DIGNIDADE PESSOAL de todos os membros da academia, *staff* académico e não académico, estudantes e convidados com acesso ao campus. Discutiram-se, em abstrato, vários ilícitos éticos, designadamente o assédio, o *bullying*, a vitimização (ABV) e outras formas de violência, incompatíveis com o código de conduta ética da UMinho praticadas no campus, ou fora dele no caso de utilização de plataformas eletrónicas.

O Presidente da CEUM salientou o facto de toda e qualquer pessoa que haja sido sujeita a ABV e outras ofensas ter o direito de ser informada sobre os procedimentos a adotar para formulação de queixa e registo da ocorrência; ter igualmente o direito de conhecer que órgãos ou serviços que o podem atender na UMinho, independentemente de poder apresentar queixa-crime a autoridades exteriores à Universidade.

Internamente, no caso de ausência de uma regulamentação específica, devem os alvos da violência poder apresentar queixa/reclamação, com respeito pela confidencialidade, a entidades vocacionadas, que os podem aconselhar, para dar encaminhamento da situação, numa primeira abordagem do assunto, por exemplo: o responsável do Serviço onde se deu a ocorrência; aos órgãos institucionais/Reitoria VRT do pelouro da Ética; C. Geral; Provedoria institucional; Serviços de aconselhamento, Seguranças dos edifícios; Serviços de estudantes/AAUM e Provedor do estudante; Associações de funcionários e sindicatos; Assessorias; Conselho disciplinar; Conselho de Ética; órgãos diretivos das Unidades, gabinete de relações internacionais, etc.

Menciona que uma queixa deste tipo exige rapidez/urgência, testemunhas (se possível) e confidencialidade e elucida os conceitos:

Assédio - conduta abusiva em relação a sujeitos devido a características pessoais de idade, género, religião, etnia, raça, orientação sexual, *disability*/deficiências, que pode criar coação, intimidação, hostilidade; Exemplos de Assédio: assédio sexual; comentários jocosos e provocativos; ridicularização por razões físicas/ deficiências, ou por razões raciais/étnicas, de idade, de género, de religião, de orientação sexual.

Bullying – Exercício do poder de uma pessoa sobre outra por atos ofensivos que tendem a diminuir pessoal e profissionalmente o ofendido e que se pode traduzir por ameaças; insultos abusivos; intimidação; humilhação; e hostilidade, por exemplo, no local de trabalho.

Exemplos de *Bullying* – Não é só um *breakdown*/coação hierárquica nas relações de trabalho. Também envolve nomes pejorativos; insultos e ameaças; discriminação com exclusão de determinado grupo; ataque físico ou verbal; exposição de pessoa ou pessoas de situações humilhantes ou confidenciais nas redes sociais; chantagem; intimidação, etc.

Vitimização – Tratamento discriminatório de A em relação a B pelo facto de B ter feito, em boa fé, uma alegação de ofensa à sua dignidade ou de outrem.

Termina introduzindo as comunicações a apresentar por cada um dos palestrantes e passa a palavra ao **Prof. João Rosas**, docente do Instituto de Letras e Ciências Humanas (ILCH), que foca a sua intervenção, intitulada “Dignidade, diversidade e tolerância no *campus*”, na dignidade humana. Abaixo o resuma da apresentação:

A ideia de dignidade está fortemente presente no nosso discurso comum e também no tema do Fórum deste ano. Mas de onde vem esta ideia? Por que razão se tornou tão central? Qual o seu conteúdo substantivo?

Tal como a entendemos hoje, a dignidade é uma ideia moderna. A ideia de dignidade existia na Antiguidade, particularmente em Roma, mas entendida como o “alto valor” de alguns, dos dignitários, que por isso mesmo se diferenciavam dos demais. A *dignitas* estava, portanto, associada à desigualdade de estatuto numa sociedade hierárquica.

Ainda hoje usamos por vezes a ideia de dignidade neste sentido antigo e anti igualitário. No entanto, a dignidade moderna é igualitária precisamente porque consiste no alargamento da ideia de “alto valor” a todos os cidadãos, ou mesmo a todos os seres humanos.

Mas se esta ideia moderna conhece os seus corolários sociais e jurídicos a partir do final do século XVIII, ela tem as suas raízes no pensamento cristão ou, mais especificamente, na ideia de que os seres humanos são criaturas criadas à imagem de Deus, são ícones da divindade.

No século XVIII a ideia da dignidade como alto valor alargada a todos os seres humanos ganha uma formulação filosófica mais robusta no pensamento de Kant. Para este autor a dignidade equivale ao valor inerente, ou valor intrínseco, dos seres humanos enquanto dotados de autonomia racional.

Embora a ideia de dignidade estivesse já aí perfeitamente alicerçada, só no século XX ganha relevância discursiva com a sua associação aos direitos humanos, proclamados na Declaração Universal de 1948 – que explicitamente refere a “dignidade inerente” dos seres humanos como uma base doutrinal desses direitos.

Para além do Direito Internacional dos Direitos Humanos, a dignidade passa a ocupar um lugar central no constitucionalismo do pós-guerra, de que são exemplo a Constituição alemã e, mais recentemente, a Constituição portuguesa de 1976.

É em função desta longa história que podemos compreender a relevância da ideia de dignidade em documentos legais e deontológicos, como é o caso dos estatutos da UMinho, ou do seu Código de Conduta Ética. Em ambos os casos o “respeito pela dignidade humana” é referido como princípio orientador.

O princípio da dignidade humana pode ser e é substanciado de diferentes formas e em vários outros princípios (como por exemplo um princípio geral de não discriminação). Mas como interpretar esse princípio de forma concreta, para além das referências teológicas, filosóficas ou mesmo jurídicas? Que importância tem ele no dia-a-dia, nas relações pessoais e profissionais, nomeadamente numa comunidade académica?

Creio que o conteúdo mínimo desse exercício prático da dignidade aponta para uma ideia de “não humilhação”. Antes de mais, o respeito pela dignidade implica o tratamento não humilhante do outro, precisamente porque se reconhece o seu alto valor enquanto ser humano, ou enquanto cidadão ou cidadã.

Ora, esta ideia de tratamento não humilhante é especialmente importante num contexto de grande diversidade tal como encontramos hoje nos campi universitários em geral e também na UMinho. A diversidade de ideias, profissões de fé religiosas, pertenças étnicas, características físicas, incluindo a cor da pele, opções e estilos de vida, de indumentária, etc., está cada vez mais presente nos nossos campi. Se queremos uma universidade internacional e aberta ao mundo isso é mesmo inevitável e será cada vez mais notório.

É precisamente no contexto da diversidade que se torna mais difícil o exercício da dignidade como respeito pelo outro e não humilhação. Como será adiante posto em relevo pelas outras palestrantes, a humilhação do outro, as diferentes formas de *bullying*, incluindo o *cyberbullying*, tendem a aproveitar-se da diferença para estigmatizar.

Por isso é tão importante, no contexto atual, que esta prática do respeito pela dignidade seja compreendida e debatida nos nossos *campi* e também na sociedade mais alargada. Devemos encarar este respeito pela dignidade humana como a base mais segura para a estabilidade de uma sociedade simultaneamente diversa e tolerante.

Toma de seguida a palavra a segunda palestrante, a **Prof.^a Helena Sousa**, docente do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da UMinho, com uma comunicação intitulada “Dignidade humana e comunicação: Paradoxos e desafios em ambiente digital”, da qual se redigiu o resumo:

Esta intervenção parte do compromisso ético assumido pelo Código de Conduta Ética da Universidade do Minho e explora as suas exigências no plano individual e coletivo. A comunicação centra-se no respeito pela diferença e na construção do olhar sobre o outro. Assumindo que o modo como ‘lemos’ o outro não é fruto do acaso e resulta de processos longos de interação e de comunicação, a Prof^a Helena Sousa destaca a importância de comunicar melhor porque a comunicação é um processo através do qual se constroem formas simbólicas que tornam a realidade apreensível. Portanto, o discurso que diz a ‘realidade’ é real e gera consequências. Nesta comunicação, foi dado particular destaque às visões utópicas e distópicas da comunicação digital e *online*. Novos usos, novas práticas, novos modos de relacionamento social trazem novos medos e novas esperanças. Vive-se ligado, em permanente conexão, em estado de fluxo informativo e de entretenimento. É necessário, por isso, neste novo contexto, comunicar bem a diferença para que seja valorizada por todos. Comunicar é bem é ser atuante e participativo na pluralidade de espaços e de plataformas (digitais ou não) em que se pretende promover a inclusão.

Por último apresentou comunicação a Prof.^a **Maria Beatriz Pereira**, docente do Instituto de Educação (IE) da UMinho, com uma intervenção intitulada “Estratégias de prevenção da violência e *bullying* no *Campus*”.

Nesta intervenção procura-se transpor a vivência observada nas escolas para a realidade vivida nas Instituições de Ensino Superior (IES). Foca-se a violência enquanto problema global com efeitos negativos sobre todos. Sobre os diretamente envolvidos (agressor e agredido) e sobre todos os que observam. Elucida-se o conceito de *bullying*, que se aplica ao relacionamento entre pares, quando existe a vontade de causar mal-estar de forma intencional, pelo impulso ou vontade de o fazer, de forma continuada; e o conceito de violência enquanto fenómeno social mutável associado a aspetos culturais, sociais e individuais, expressão de múltiplas formas e níveis de violência: i) Violência entre os docente/funcionário/docente; ii) Violência professor/aluno/professor; iii) Violência aluno/funcionário/aluno; iv) Destruição do património escolar.

Enunciam-se diferentes formas de agressão: Bater, empurrar, dar pontapés; Insultar, chamar nomes; Faltar ao respeito; Espalhar histórias humilhantes; Ameaçar – (diretamente ou por mensagens); Mentir para culpar o outro; Excluir - ignorar os colegas; Divulgar imagens que visem destruir o outro; *Cyberbullying* (dimensão global, imediata/instantânea, dentro e fora da IES); e esclarecem-se os efeitos do *bullying* (agressão e vitimação) ao longo do ciclo de vida.

Para finalizar focam-se as estratégias de prevenção a situações de *bullying*, a importância da inclusão para que prevaleça o sucesso no contexto académico e enumeram-se algumas propostas de intervenção para a prevenção destas práticas, nomeadamente: Práticas desportivas de lazer e de competição com grande diversidade e que envolvem n^o elevado de alunos; Grupos de música; Tutorias; Serviços de apoio especializados; Proximidade professor aluno / atendimento em horário específico.

No final das apresentações, abriu-se espaço de discussão e debate, moderado pela Professora Cecília Leão (SECVS), pelo Professor Paulo Machado (SECSH) e pelo estudante Bruno Alcaide (Presidente da AAUM).

Imediatamente a seguir entrevistou o estudante presente no painel de moderadores (Bruno Alcaide) que focou a posição fragilizada dos estudantes na Comunidade Académica e a necessidade de delimitação de um quadro ético de referência na UMinho que delinear o respeito pelo espaço de cada um e o respeito na vivência académica, a todos os níveis, e que deverá ser vertido na vertente profissional da vida de todos os estudantes.

Após esta intervenção tomaram da palavra os membros da assistência que expuseram dúvidas e teceram comentários acerca das intervenções dos palestrantes, nomeadamente no respeitante:

- Esclarecimentos acerca do *big date*;
- Práticas de praxe e trabalho de sensibilização junto dos estudantes alertando para a prática de atos abusivos (à margem da AAUM) que promove práticas lúdicas e desportivas;
- Não penalização dos estudantes que não participem na praxe;
- Melhoria e diminuição das atividades de praxe nos *campi*;
- Número de queixas apresentadas ao Reitor (2/3 por ano) nas quais são instrutores dos processos os Presidentes dos Conselhos de Curso – quase todas as queixas chegam ao Provedor do Estudante, mas não à Reitoria.

Debatidos os temas expostos deu-se por encerrada a sessão e tomou da palavra o Reitor da UMinho, Professor António M. Cunha, que agradeceu a presença dos presentes no Fórum e salientou a pertinência da iniciativa e da discussão dos temas propostos na Academia; e a Vice-Reitora do pelouro da Ética, Professora Graciete Dias, que focou a intensa atividade da CEUM/SECVS/SECSH nos últimos seis anos, elencou os instrumentos elaborados e disponíveis na UMinho a toda a Academia (Código de Conduta, Procedimentos de tramitação de processos para emissão de parecer ético no âmbito de projetos de investigação, Fóruns), expressou o seu reconhecimento pela dedicação, empenho e qualidade do trabalho desenvolvido na CEUM/SECVS/SECSH por todos os seus membros.